

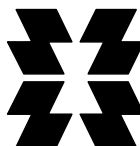
Companhia Paranaense de Energia - Copel
CNPJ/MF 76.483.817/0001-20
Inscrição Estadual 10146326-50
Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1
www.copel.com copel@copel.com
Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR
CEP 80420-170

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

ITR

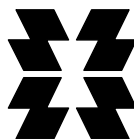
(Reapresentação)

Março / 2008



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
Balanço Patrimonial – Ativo	3
Balanço Patrimonial – Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	7
1 Contexto Operacional	7
2 Apresentação das Informações Trimestrais	8
3 Disponibilidades	9
4 Consumidores e Revendedores	10
5 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10
6 Dividendos a Receber	11
7 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	11
8 Impostos e Contribuições Sociais	13
9 Conta de Compensação da “Parcela A”	16
10 Outros Ativos e Passivos Regulatórios	18
11 Cauções e Depósitos Vinculados	19
12 Outros Créditos	20
13 Depósitos Judiciais	20
14 Créditos com Pessoas Ligadas	21
15 Investimentos	22
16 Imobilizado	27
17 Intangível	30
18 Empréstimos e Financiamentos	31
19 Debêntures	36
20 Fornecedores	40
21 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	41
22 Benefício Pós-emprego	41
23 Encargos do Consumidor a Recolher	42
24 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	43
25 Outras Contas a Pagar	43
26 Provisões para Contingências	44
27 Capital Social	47
28 Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	49
29 Deduções da Receita Bruta	50
30 Custos e Despesas Operacionais	50
31 Resultado Financeiro	55
32 Resultado da Equivalência Patrimonial	56
33 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	57
34 Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	59
35 Instrumentos Financeiros	59
36 Transações com Partes Relacionadas	61
37 Balanços Patrimoniais das Subsidiárias Integrais	64
38 Demonstração do Resultado Segregado por Empresa	66
39 Mudanças de Práticas Contábeis	67
40 Demonstração dos Fluxos de Caixa	73
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO TRIMESTRE	75
1 Distribuição	75
2 Administração	78
3 Relações com o Mercado	78
4 Tarifas	79
5 Resultado Econômico-Financeiro	80
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	83
DIRETORIA E CONSELHOS	86
RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE REVISÃO ESPECIAL	87



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial – Ativo

Em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NE nº	Controladora		Consolidado	
			31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
1	ATIVO TOTAL		9.135.852	9.061.992	12.555.438	12.473.208
1.01	ATIVO CIRCULANTE		735.902	838.553	3.160.301	3.288.376
1.01.01	Disponibilidades	3	85.344	56.186	1.505.720	1.540.871
1.01.02	Créditos		650.558	782.367	1.607.782	1.695.310
1.01.02.01	Clientes		-	-	1.028.024	1.026.852
1.01.02.01.01	Consumidores e Revendedores	4	-	-	1.099.995	1.089.694
1.01.02.01.02	Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	5	-	-	(80.492)	(71.592)
1.01.02.01.03	Serviços Executados para Terceiros, Líquidos		-	-	8.521	8.750
1.01.02.02	Créditos Diversos		650.558	782.367	579.758	668.458
1.01.02.02.01	Dividendos a Receber	6	580.225	700.225	5.783	2.767
1.01.02.02.02	Serviços em Curso		-	-	50.356	51.343
1.01.02.02.03	Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	7	-	-	41.386	40.509
1.01.02.02.04	Impostos e Contribuições Sociais	8	69.739	79.328	232.066	281.565
1.01.02.02.05	Conta de Compensação da "Parcela A"	9	-	-	72.029	67.614
1.01.02.02.06	Outros Ativos Regulatórios	10	-	-	17.186	17.186
1.01.02.02.07	Cauções e Depósitos Vinculados	11	440	2.806	106.716	145.161
1.01.02.02.08	Outros Créditos	12	154	8	54.236	62.313
1.01.03	Estoques		-	-	46.799	52.195
1.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.399.950	8.223.439	9.395.137	9.184.832
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo		799.352	956.375	2.002.157	1.977.832
1.02.01.01	Créditos Diversos		166.169	160.442	2.002.157	1.977.832
1.02.01.01.01	Consumidores e Revendedores	4	-	-	124.524	139.125
1.02.01.01.02	Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	5	-	-	(10.103)	(11.469)
1.02.01.01.03	Serviços Executados para Terceiros		-	-	7.109	7.251
1.02.01.01.04	Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	7	-	-	1.224.266	1.209.853
1.02.01.01.05	Impostos e Contribuições Sociais	8	131.388	125.712	472.613	449.653
1.02.01.01.06	Conta de Compensação da "Parcela A"	9	-	-	16.987	25.478
1.02.01.01.07	Outros Ativos Regulatórios	10	-	-	5.729	5.729
1.02.01.01.08	Cauções e Depósitos Vinculados	11	-	-	22.142	22.423
1.02.01.01.09	Depósitos Judiciais	13	34.781	34.730	130.407	121.340
1.02.01.01.10	Outros Créditos	12	-	-	8.483	8.449
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	14	633.183	795.933	-	-
1.02.01.02.01	Com Controladas		633.183	795.933	-	-
1.02.02	Ativo Permanente		7.600.598	7.267.064	7.392.980	7.207.000
1.02.02.01	Investimentos	15	7.600.598	7.267.064	445.863	256.809
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas/Equiparadas		-	-	389.925	204.305
1.02.02.01.02	Participações em Coligadas/Equiparadas - Ágio		-	-	4.783	1.791
1.02.02.01.03	Participações em Controladas		7.562.424	7.228.890	-	-
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio		-	-	-	-
1.02.02.01.05	Outros Investimentos		38.174	38.174	51.155	50.713
1.02.02.02	Imobilizado	16	-	-	6.829.317	6.832.379
1.02.02.03	Intangível	17	-	-	112.652	112.585
1.02.02.04	Diferido		-	-	5.148	5.227

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.



Balço Patrimonial – Passivo

Em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NE nº	Controladora		Consolidado	
			31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
2	PASSIVO TOTAL		9.135.852	9.061.992	12.555.438	12.473.208
2.01	PASSIVO CIRCULANTE		437.672	486.006	1.821.922	1.940.593
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18	12.224	20.223	80.614	92.684
2.01.02	Debêntures	19	140.755	168.599	143.985	171.827
2.01.03	Fornecedores	20	867	1.132	454.376	366.510
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	8	35.907	51.818	272.053	375.426
2.01.05	Dividendos a Pagar		247.752	244.023	260.540	252.362
2.01.06	Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	21	125	162	136.279	146.119
2.01.08	Outros		42	49	474.075	535.665
2.01.08.01	Benefícios Pós-Emprego	22	9	23	17.655	42.286
2.01.08.02	Conta de Compensação da "Parcela A"	9	-	-	104.368	143.436
2.01.08.03	Outros Passivos Regulatórios	10	-	-	45.800	46.476
2.01.08.04	Encargos do Consumidor a Recolher	23	-	-	33.561	32.722
2.01.08.05	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	24	-	-	191.211	185.280
2.01.08.06	Outras Contas a Pagar	25	33	26	81.480	85.465
2.02	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.206.491	1.339.809	3.010.728	3.064.911
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo		1.206.491	1.339.809	2.935.734	3.064.319
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18	399.149	400.032	820.208	835.268
2.02.01.02	Debêntures	19	600.000	733.360	869.476	1.002.674
2.02.01.03	Provisões para Contingências	26	207.342	206.417	521.061	514.270
2.02.01.06	Outros		-	-	724.989	712.107
2.02.01.06.01	Fornecedores	20	-	-	195.340	190.394
2.02.01.06.02	Impostos e Contribuições Sociais	8	-	-	16.420	19.317
2.02.01.06.03	Benefícios Pós-Emprego	22	-	-	478.184	454.411
2.02.01.06.04	Conta de Compensação da "Parcela A"	9	-	-	15.215	22.330
2.02.01.06.05	Outros Passivos Regulatórios	10	-	-	13.095	18.935
2.02.01.06.06	Outras Contas a Pagar	25	-	-	6.735	6.720
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros		-	-	74.994	592
2.03	PART. DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	231.099	231.527
2.04	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.491.689	7.236.177	7.491.689	7.236.177
2.04.01	Capital Social Realizado	27	4.460.000	4.460.000	4.460.000	4.460.000
2.04.02	Reservas de Capital		838.340	838.340	838.340	838.340
2.04.04	Reservas de Lucros		1.937.837	1.937.837	1.937.837	1.937.837
2.04.04.01	Legal		323.653	323.653	323.653	323.653
2.04.04.02	Retenção de Lucros		1.614.184	1.614.184	1.614.184	1.614.184
2.04.05	Lucros Acumulados		255.512	-	255.512	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.



Demonstração do Resultado

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NE nº	Controladora		Consolidado	
			31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
3	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
3.01	RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS	28	-	-	1.989.579	1.867.826
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica		-	-	718.669	626.482
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica		-	-	316.616	299.893
3.01.03	Disponibilidade da Rede Elétrica		-	-	850.237	852.564
3.01.04	Receita de Telecomunicações		-	-	17.594	15.106
3.01.05	Distribuição de Gás Canalizado		-	-	59.491	57.589
3.01.06	Outras Receitas Operacionais		-	-	26.972	16.192
3.02	DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	29	-	-	(675.021)	(621.421)
3.03	RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS		-	-	1.314.558	1.246.405
3.04	CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	30	-	-	(866.699)	(700.331)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda		-	-	(443.499)	(279.879)
3.04.02	Encargos de Uso da Rede Elétrica		-	-	(105.767)	(130.676)
3.04.03	Pessoal		-	-	(105.970)	(96.391)
3.04.04	Planos Previdenciário e Assistencial		-	-	(16.103)	(14.747)
3.04.05	Material		-	-	(9.934)	(11.154)
3.04.06	Matéria-prima e Insumos para Prod. Energia Eletrica		-	-	(5.013)	(3.258)
3.04.07	Gás Natural e Insumos para Operação de Gás		-	-	(31.791)	(27.508)
3.04.08	Serviços de Terceiros		-	-	(45.440)	(32.107)
3.04.09	Depreciação e Amortização		-	-	(95.907)	(98.891)
3.04.10	Recuperação de Despesas		-	-	9.812	8.077
3.04.11	Outros Custos		-	-	(17.087)	(13.797)
3.05	RESULTADO BRUTO		-	-	447.859	546.074
3.06	DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		249.834	268.384	(58.023)	(107.496)
3.06.01	Com Vendas	30	-	-	(15.126)	25.805
3.06.02	Gerais e Administrativas	30	(2.230)	(2.699)	(53.884)	(71.169)
3.06.03	Financeiras	31	(13.597)	(32.459)	34.090	(31.985)
3.06.03.01	Receitas Financeiras		17.585	19.022	106.603	86.736
3.06.03.02	Despesas Financeiras		(31.182)	(51.481)	(72.513)	(118.721)
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	30	(873)	(7.560)	(33.193)	(34.317)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	32	266.534	311.102	10.090	4.170
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial		266.534	311.093	10.090	4.161
3.06.06.02	Participação em Outras Sociedades		-	9	-	9
3.07	RESULTADO OPERACIONAL		249.834	268.384	389.836	438.578
3.08	RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1	87	(860)	(2.530)
3.08.01	Receitas		1	87	1.691	124
3.08.02	Despesas		-	-	(2.551)	(2.654)
3.09	RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO/PARTICIPAÇÕES		249.835	268.471	388.976	436.048
3.10	PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34	-	-	(122.909)	(162.164)
3.11	IR DIFERIDO	34	5.677	14.491	(6.475)	11.121
3.14	PART. DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	(4.080)	(2.043)
3.15	LUCRO DO PERÍODO		255.512	282.962	255.512	282.962
	LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (2008) E POR LOTE DE MIL AÇÕES (2007)		0,9337	1,0340		

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e
para os trimestres findos em 31 de março de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2006	3.875.000	817.293	268.323	1.415.654	-	6.376.270
Lucro líquido do período	-	-	-	-	282.962	282.962
Saldo em 31 de março de 2007	3.875.000	817.293	268.323	1.415.654	282.962	6.659.232
Aumento de capital social	585.000	-	-	(585.000)	-	-
Incentivos fiscais	-	21.047	-	-	-	21.047
Lucro líquido do período	-	-	-	-	823.648	823.648
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	-	55.330	-	(55.330)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(67.750)	(67.750)
Reserva para investimentos	-	-	-	783.530	(783.530)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	4.460.000	838.340	323.653	1.614.184	-	7.236.177
Lucro líquido do período	-	-	-	-	255.512	255.512
Saldo em 31 de março de 2008	4.460.000	838.340	323.653	1.614.184	255.512	7.491.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 31 de março de 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel, Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores do Brasil, dos Estados Unidos da América e da Espanha. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, destinada, através de suas subsidiárias, a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo essa atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Copel participa de consórcio e de empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente, nas áreas de energia, de telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

As subsidiárias integrais da Copel são: Copel Geração e Transmissão S.A., Copel Distribuição S.A., Copel Telecomunicações S.A. e Copel Participações S.A.

Em 30.11.2007, a Copel Transmissão S.A. foi cindida e incorporada pela Copel Geração e Transmissão e pela Copel Distribuição.

A Copel Geração e Transmissão tem participação de 51% no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e, em setembro de 2007, adquiriu o controle da empresa Centrais Eólicas do Paraná Ltda. (NE nº 15.c.e).

As empresas controladas pela Copel Participações são: Companhia Paranaense de Gás – Compagas, Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., Copel Empreendimentos Ltda., UEG Araucária Ltda. e, a partir de janeiro de 2008, Dominó Holdings S.A. (NE nº 15.d).

Em 28.12.2006, a UEG Araucária firmou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, alugando a usina termelétrica Araucária, mediante remuneração mensal, pelo período de um ano, encerrado em 31.12.2007, já prorrogado pelo período de 6 meses, com vencimento em 30.06.2008, podendo ser prorrogado por mais 6 meses, mediante acordo entre as partes.



2 Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, inclusive no que diz respeito à Instrução CVM nº 469/2008.

Foram consolidadas as demonstrações contábeis das subsidiárias integrais e das controladas indiretas relacionadas na NE nº 1.

A empresa Dominó Holdings S.A. passou a integrar a consolidação a partir deste trimestre, na proporção do investimento da Copel Participações, 45%.

Os gastos referentes ao Consórcio Cruzeiro de Sul são contabilizados em conta de investimento, na proporção de quota parte, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os balanços patrimoniais das subsidiárias integrais (consolidados com suas controladas) são apresentados na NE nº 37 e suas demonstrações de resultado são apresentadas na NE nº 38, reclassificados para fins de padronização ao plano de contas adotado pela Copel.

Na consolidação foram eliminados os investimentos da Companhia com o patrimônio líquido das controladas, bem como os saldos de ativos, passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de operações entre as companhias, tendo sido destacada a participação dos acionistas minoritários, de forma que as informações trimestrais consolidadas representem efetivamente os saldos de transações com terceiros.

As controladas seguem as práticas contábeis adotadas pela Copel e as principais utilizadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas adotadas nas demonstrações contábeis de 31.12.2007.

As datas das demonstrações contábeis das sociedades investidas utilizadas para cálculo das equivalências patrimoniais e para a consolidação coincidem com as da controladora.

Para fins de comparação, no balanço patrimonial consolidado de 31.12.2007, na conta de Impostos e Contribuições Sociais, foi revertida a compensação de impostos entre Ativo e Passivo Circulantes no valor de R\$ 125.966 e foi realizada, a compensação no valor de R\$ 12.775 entre Ativo e Passivo não Circulantes.

Na demonstração do resultado consolidada, o valor de R\$ 770.809 referente à TUSD foi reclassificado da conta Fornecimento de Energia Elétrica para a conta Disponibilidade da Rede Elétrica, na Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços.

Como informações complementares, apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado. no quadro "Outras informações que a Companhia entenda relevantes".



Reapresentação das Informações Trimestrais

A Companhia decidiu reapresentar de forma espontânea as Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31.03.2008 com o objetivo de incluir informações adicionais motivadas pelo fato de que a partir de 07.05.2008, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa. Conseqüentemente, as principais modificações contempladas nestas Informações Trimestrais - ITR são as seguintes: (i) as demonstrações do fluxo de caixa foram realocadas do quadro "Outras informações que a Companhia entenda relevantes" para a nota explicativa nº 40, e (ii) inclusão no quadro "Outras informações que a Companhia entenda relevantes" da posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia e da posição acionária consolidada dos controladores e administradores e das ações em circulação.

3 Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Caixa e bancos	631	660	35.332	194.208
Aplicações financeiras				
Bancos federais	84.713	55.526	1.465.906	1.343.378
Bancos privados	-	-	4.482	3.285
	84.713	55.526	1.470.388	1.346.663
	85.344	56.186	1.505.720	1.540.871

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras estatais, prevalecendo os papéis de renda fixa lastreados em títulos públicos federais, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Estas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos.



4 Consumidores e Revendedores

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Venc. há mais de 90 dias	Total Consolidado	
				31.03.2008	31.12.2007
Consumidores					
Residencial	88.199	75.769	4.462	168.430	157.698
Industrial	101.492	21.776	43.215	166.483	170.828
Comercial	62.683	25.183	8.477	96.343	93.099
Rural	13.061	6.327	291	19.679	18.271
Poder público	15.088	12.013	5.265	32.366	27.161
Iluminação pública	11.551	1.915	280	13.746	12.174
Serviço público	10.827	613	1.107	12.547	12.568
Não faturados	146.699	-	-	146.699	143.921
Parcelamento de débitos	81.697	5.943	10.536	98.176	96.772
Parcelamento de débitos - NC	106.063	-	-	106.063	118.032
Tarifa social baixa renda	81.117	-	-	81.117	99.417
Encargos moratórios s/ faturas de energia	4.140	4.934	5.084	14.158	13.230
Governo do Paraná - luz fraterna	2.179	7.171	7.494	16.844	9.785
Red. tarifa uso sist. distribuição	4.344	-	-	4.344	2.969
Red. tarifa uso sist. distribuição - NC	1.250	-	-	1.250	1.779
Fornecimento de gás	14.956	281	694	15.931	15.985
Outros créditos	10.449	3.280	2.050	15.779	18.464
Outros créditos - NC	3.004	-	-	3.004	55
	758.799	165.205	88.955	1.012.959	1.012.208
Revendedores					
Suprimento de energia elétrica					
Suprimento - CCEE (NE nº 33)	157	-	105	262	7.158
Leilão de energia	86.430	-	-	86.430	86.914
Contratos bilaterais	52.080	-	-	52.080	49.186
Ressarcimento de geradores	892	-	-	892	1.492
Ressarcimento de geradores - NC	10.580	-	-	10.580	12.004
Contratos com pequenas concessionárias	8.794	-	-	8.794	6.522
Suprimento curto prazo	-	-	126	126	126
	158.933	-	231	159.164	163.402
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	16.637	41	2.308	18.986	16.507
Rede básica	29.467	6	197	29.670	29.335
Rede básica - NC	3.627	-	-	3.627	7.255
Rede de conexão	93	20	-	113	112
	49.824	67	2.505	52.396	53.209
	967.556	165.272	91.691	1.224.519	1.228.819
31.03.2008	Circulante 843.032	165.272	91.691	1.099.995	
	Não Circulante - NC 124.524	-	-	124.524	
31.12.2007	Circulante 864.450	152.465	72.779		1.089.694
	Não Circulante - NC 139.125	-	-		139.125

5 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Após análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:



	Consolidado	Adições / (reversões)	Estorno de baixas	Consolidado
	31.12.2007			31.03.2008
Consumidores e revendedores				
Residencial	16.268	2.793	2	19.063
Industrial	41.941	3.423	-	45.364
Comercial	8.454	1.312	3	9.769
Rural	38	51	-	89
Poder público	1.725	825	-	2.550
Iluminação pública	146	3	-	149
Serviço público	288	389	-	677
Concessionárias e permissionárias	2.726	-	105	2.831
Concessionárias e permissionárias - NC	11.469	(1.366)	-	10.103
Fornecimento de gás	6	(6)	-	-
	83.061	7.424	110	90.595
	Circulante	71.592	8.790	80.492
	Não Circulante - NC	11.469	(1.366)	10.103

6 Dividendos a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Coligadas e controladas (NE nº 14)				
Copel Geração e Transmissão S.A.	384.688	504.688	-	-
Copel Distribuição S.A.	178.300	178.300	-	-
Copel Participações S.A.	17.237	17.237	-	-
Dominó Holdings S.A.	-	-	-	2.159
Foz do Chopim Energética Ltda.	-	-	-	608
Cia. Paranaense de Saneamento - Sanepar	-	-	5.783	-
	580.225	700.225	5.783	2.767

7 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Mediante contrato firmado em 04.08.1994 e termo aditivo de dezembro de 1995, o saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar - CRC foi negociado com o Governo do Estado do Paraná para ser ressarcido em 240 meses, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a. Em 1º.10.1997, houve renegociação do saldo para pagamento nos 330 meses seguintes pelo sistema price de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30.10.1997 e da última em 30.03.2025, mantidas as cláusulas de atualização e juros do contrato original.

Através do quarto termo aditivo assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná o saldo da CRC em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subseqüentes e consecutivos.



O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

a) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007
2009	33.342	43.203
2010	47.035	46.077
2011	50.164	49.141
2012	53.500	52.409
2013	57.058	55.895
2014	60.852	59.612
2015	64.899	63.576
2016	69.215	67.805
2017	73.819	72.314
2018	78.728	77.123
2019	83.964	82.252
2020	89.548	87.722
2021	95.503	93.556
após 2021	366.639	359.168
	1.224.266	1.209.853

b) Mutação da conta:

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total Consolidado
Em 31 de dezembro de 2006	35.205	1.158.898	1.194.103
Encargos (NE n� 31)	19.227	-	19.227
Variacão monetária (NE n� 31)	21	10.181	10.202
Transferências	9.221	(9.221)	-
Amortiza�es	(27.817)	-	(27.817)
Em 31 de março de 2007	35.857	1.159.858	1.195.715
Encargos	56.835	-	56.835
Variacão monetária	1.846	79.416	81.262
Transferências	29.421	(29.421)	-
Amortiza�es	(83.450)	-	(83.450)
Em 31 de dezembro de 2007	40.509	1.209.853	1.250.362
Encargos (NE n� 31)	20.128	-	20.128
Variacão monetária (NE n� 31)	63	25.111	25.174
Transferências	10.698	(10.698)	-
Amortiza�es	(30.012)	-	(30.012)
Em 31 de março de 2008	41.386	1.224.266	1.265.652



8 Impostos e Contribuições Sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Ativo circulante				
IRPJ/CSLL diferidos (a)	3.356	3.354	84.519	112.253
IRPJ/CSLL a compensar (b)	66.383	75.974	125.864	146.054
ICMS a recuperar	-	-	18.800	20.511
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	1.732	1.333
Outros tributos a compensar	-	-	1.151	1.414
	69.739	79.328	232.066	281.565
Ativo não circulante				
IRPJ/CSLL diferidos (a)	126.863	121.187	420.923	400.592
IRPJ/CSLL a compensar (b)	4.525	4.525	4.525	4.525
ICMS a recuperar	-	-	47.165	44.536
ICMS liminar para depósito judicial	-	-	-	-
	131.388	125.712	472.613	449.653
Passivo circulante				
IRPJ/CSLL diferidos (a)	-	-	26.632	24.664
IRPJ/CSLL a pagar	-	-	46.040	124.633
ICMS a recolher	-	-	129.891	126.322
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	8.845	29.546	37.628
Parcelamento Refis (c)	35.068	35.068	35.068	35.068
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	6.851	-	21.194
Outros tributos	839	1.054	4.876	5.917
	35.907	51.818	272.053	375.426
Passivo não circulante				
IRPJ/CSLL diferidos (a)	-	-	16.420	19.317
	-	-	16.420	19.317

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15% mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

Os tributos diferidos sobre déficit previdenciário estão sendo realizados em conformidade com o plano de amortização da respectiva dívida e a provisão para convênio assistencial na medida em que ocorrem os pagamentos dos benefícios pós-emprego. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.



Os créditos fiscais diferidos estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Ativo circulante				
Planos previdenciário e assistencial	-	-	12.900	26.928
Prejuízo fiscal	3.175	3.175	3.176	3.176
CVA passiva	-	-	35.485	48.768
Adições temporárias	181	179	32.958	33.381
	3.356	3.354	84.519	112.253
Ativo não circulante				
Planos previdenciário e assistencial	-	-	152.797	138.990
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	13.970	8.591	25.587	20.324
Adições temporárias:				
Provisões para contingências (trabalhistas, tributárias e judiciais)	90.454	91.760	155.468	169.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.839	1.839	35.473	32.287
Provisão Refis/Finan	14.805	13.689	14.805	13.689
Provisão pesquisa e desenv. e eficiência energética	-	-	-	-
Provisões do passivo regulatório	-	-	-	5.670
Efeitos de encargos da rede	-	-	4.964	6.923
Amortização de água	5.120	5.101	18.512	12.720
Outros	675	207	13.317	207
	126.863	121.187	420.923	400.592
(-) Passivo circulante				
CVA ativa	-	-	21.154	19.654
Energia excedente	-	-	1.477	1.009
Exclusões temporárias	-	-	4.001	4.001
	-	-	26.632	24.664
(-) Passivo não circulante				
CVA ativa	-	-	4.655	7.543
Energia excedente	-	-	425	605
Exclusões temporárias	-	-	11.340	11.169
	-	-	16.420	19.317
	130.219	124.541	462.390	468.864

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia aprovaram o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças e de Relações com os Investidores, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativas de lucro tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2008	3.354	1.791		92.191	32.797	
2009	-	-	108	-	-	22.296
2010	-	-	192	-	-	26.804
2011	-	-	934	-	-	23.554
2012	-	-		-	-	15.342
2013	-	-		-	-	13.700
Após 2013	-	-	128.985	-	-	360.694
	3.354	1.791	130.219	92.191	32.797	462.390



As projeções de resultado futuro serão objeto de reavaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2008, que ocorrerá em abril de 2009.

b) Imposto de renda e contribuição social a compensar

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se, principalmente, a valores retidos na fonte e recolhimentos do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, com base no lucro real com opção pelo pagamento mensal por estimativa, durante o período.

c) Programa de recuperação fiscal – Refis

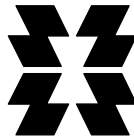
Em 16.12.2000, a Copel aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pela Lei nº 9.964, de 10.04.2000, a fim de parcelar uma dívida junto ao INSS, no valor consolidado de R\$ 82.540, com data retroativa a 1º.03.2000, a ser paga em 60 prestações mensais e iguais.

A Receita Federal incluiu no parcelamento, sem ciência da Companhia, exigências de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 11.100, retroativas à data da consolidação, 1º.03.2000, elevando o valor total da dívida a R\$ 93.640.

Em setembro de 2003, a Companhia, com base em parecer jurídico, constituiu provisão referente aos valores do parcelamento ainda não amortizados naquela data. Tal provisão, atualizada até 30.09.2006, resultava em valor líquido de R\$ 73.844, a qual correspondia ao saldo atualizado da conta do Refis, considerando as amortizações e os acréscimos a título de juros (TJLP).

Em 31.08.2006, a Copel requereu a sua exclusão do Refis, no intuito exclusivo de aderir a novo parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 303/2006, denominado Parcelamento Excepcional – Paex. Com essa adesão, a Copel passou a usufruir os benefícios de tal programa, mediante pagamento do débito remanescente em 6 prestações, com desconto de 80% sobre a multa e 30% sobre os juros. Essa adesão foi efetivamente realizada em 14.09.2006.

Concomitantemente, a Companhia impugnou, perante o Poder Judiciário, as exigências da Receita Federal, que, no entendimento da Companhia, foram indevidamente incluídas no Refis I. O Fisco reconheceu o direito da Copel que, assim, foi vencedora na ação. Portanto, no novo parcelamento, foram incluídos apenas os débitos de INSS remanescentes do Refis, ou seja, excluídos os débitos quitados por meio dos pagamentos realizados na vigência do parcelamento, resultando, segundo o cálculo inicial do INSS, no valor de R\$ 37.782 a ser pago em 6 parcelas, corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic. Tais parcelas já foram pagas, contudo, o INSS reincluiu na conta do Paex os juros que haviam sido dispensados integralmente no Refis I, no valor de R\$ 35.000. Ainda assim, o INSS não oferece nenhuma garantia de que os seus cálculos sejam definitivos, informando que a “consolidação final” do débito ainda não foi concluída.



Assim, ante a conjuntura apresentada, manteve-se a provisão no valor de R\$ 35.068 para a cobertura da nova exigência do INSS no Paex.

9 Conta de Compensação da “Parcela A”

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA são registradas as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente desembolsados ao longo do ano tarifário dos seguintes itens de custo da “Parcela A”: tarifa de repasse de potência de Itaipu Binacional; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; Encargos dos Serviços do Sistema – ESS; quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; custos de aquisição de energia elétrica; e quotas de energia e custeio do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa.

A Aneel autorizou a Copel Distribuição a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2007, reajuste médio de -1,22%. Deste percentual, 2,24% refere-se ao índice de reajuste tarifário e -3,46% aos ajustes financeiros externos. A CVA faz parte deste último grupo, representando naquela época o total de R\$ 146.393, sendo formada por duas parcelas: a CVA relativa ao ano tarifário 2006-2007 no valor de R\$ 92.985 e o saldo a compensar da CVA do exercício anterior no valor de R\$ 53.408.

A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no longo prazo tenham período de recuperação de até dois anos.



a) Composição dos saldos da Conta de Compensação "Parcela A" – CVA:

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
CVA recuperável reajuste tarifário 2007				
CCC	934	1.869	-	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	11.144	22.289	-	-
ESS	3.541	7.082	-	-
CDE	3.063	6.125	-	-
Proinfra	2.280	4.560	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	106	211	-	-
	21.068	42.136	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2008				
CCC	10.476	5.659	3.492	5.659
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	13.005	4.074	4.335	4.074
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	18.527	12.309	6.175	12.309
ESS	655	372	218	372
CDE	3.434	1.922	1.145	1.922
Proinfra	4.799	1.105	1.600	1.105
Transporte de energia comprada (Itaipu)	65	37	22	37
	50.961	25.478	16.987	25.478
	72.029	67.614	16.987	25.478
Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
CVA compensável reajuste tarifário 2007				
CCC	17.073	34.146	-	-
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	15.902	31.803	-	-
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	27.077	54.155	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	501	1.002	-	-
	60.553	121.106	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2008				
CCC	1.506	855	502	855
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	2.089	1.186	697	1.186
ESS	6.913	3.722	2.304	3.722
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	33.127	16.511	11.652	16.511
Transporte de energia comprada (Itaipu)	180	56	60	56
	43.815	22.330	15.215	22.330
	104.368	143.436	15.215	22.330



b) Movimentação dos saldos de diferimento de custos tarifários atualizados pela taxa Selic:

	Saldo	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo
	31.12.2007					31.03.2008
Ativo						
CCC	13.187	2.325	(934)	324	-	14.902
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	8.148	8.868	-	324	-	17.340
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	46.907	(432)	(11.655)	1.026	-	35.846
ESS	7.826	129	(3.742)	201	-	4.414
CDE	9.969	662	(3.214)	225	-	7.642
Proinfa	6.770	4.096	(2.393)	206	-	8.679
Transporte de energia comprada (Itaipu)	285	14	(106)	-	-	193
	93.092	15.662	(22.044)	2.306	-	89.016
Circulante	67.614	10.354	(22.044)	1.865	14.240	72.029
Não Circulante - NC	25.478	5.308	-	441	(14.240)	16.987
Passivo						
CCC	35.856	298	(18.059)	986		19.081
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	34.175	414	(16.290)	389		18.688
ESS	7.444	1.538	-	235		9.217
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	87.177	10.756	(27.920)	1.843		71.856
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.114	124	(530)	33		741
	165.766	13.130	(62.799)	3.486	-	119.583
Circulante	143.436	8.022	(62.799)	3.093	12.616	104.368
Não Circulante - NC	22.330	5.108	-	393	(12.616)	15.215

10 Outros Ativos e Passivos Regulatorios

Consta dos contratos de concessão celebrados pelas concessionárias de transmissão, cláusula que estabelece 1º.07.2005 como a data da primeira revisão tarifária periódica das receitas anuais permitidas. O processo de revisão tarifária foi concluído efetivamente, tendo seus resultados homologados em 1º.07.2007, sendo os efeitos retroativos a 1º.07.2005. Desta forma, foi necessário calcular a diferença retroativa ao período 2005 – 2007 que foi tratada como “parcela de ajuste - revisão”.

Esta diferença apropriada pelas transmissoras, está sendo compensada em 24 meses, com início em julho de 2007.

A Aneel calculou a diferença de “parcela de ajuste da revisão fronteira” para todas as distribuidoras, resultando no saldo de R\$ 22.915, a ser pago pela Copel Distribuição à Copel Transmissão. Já em relação à “parcela de ajuste da revisão da rede básica”, a aplicação dos percentuais de participação da Copel Distribuição sobre o total da parcela de ajuste, resultou no valor de R\$ 29.020 a ser recebido das demais transmissoras que passaram pelo processo de revisão tarifária.

Estes valores a serem liquidados financeiramente com as transmissoras serão considerados no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição. A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no longo prazo tenham período de recuperação de até dois anos.



Os saldos consolidados em 31.03.2008 são compostos da seguinte forma:

	Ativo			Passivo		
	circulante	não circulante	total	circulante	não circulante	total
Copel Distribuição						
Ajuste de revisão da conexão	465	154	619	-	-	-
Ajuste de revisão da rede básica	16.721	5.575	22.296	21.765	7.255	29.020
	17.186	5.729	22.915	21.765	7.255	29.020
Copel Geração e Transmissão						
Ajuste de revisão da rede básica	-	-	-	24.035	5.840	29.875
	17.186	5.729	22.915	45.800	13.095	58.895

11 Cauções e Depósitos Vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Ativo circulante				
Depósitos em garantia	440	2.806	106.716	145.161
	440	2.806	106.716	145.161
Ativo não circulante				
Caução do contrato da STN (NE nº 18.b)	-	-	22.142	22.423
	-	-	22.142	22.423

No Unibanco S.A. está aplicado o valor de R\$ 9.170, atualizado até 31.03.2008 (R\$ 9.272, em 31.12.2007) com remuneração de 98,5% da variação da Taxa DI, e o valor de R\$ 2.554 com remuneração de 100,5% da variação da Taxa DI, como garantia de obrigação de dívida com o BNDESPAR, referente à operação de emissão de debêntures da Elejor, conforme Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças.

No Banco do Brasil está aplicado com remuneração de 100% da taxa DI, atualizado até 31.03.2008, o valor de R\$ 49.685, como garantia de fiel cumprimento com a Aneel para construção da Usina de Mauá, pela Copel Geração e Transmissão.

Os demais depósitos atendem as exigências da CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia, nas liquidações da própria CCEE e nos leilões realizados pela Aneel.



12 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Ativo circulante				
Adiantamento a empregados	-	-	20.442	7.999
Uso do sistema de transmissão da UTE Araucária	-	-	7.724	5.327
Pagamentos antecipados	-	-	7.044	8.121
Adiantamento a fornecedores	-	-	5.942	18.077
Parcelamento Onda Provedor de Serviços	4.348	4.348	4.348	4.348
Desativações em curso	-	-	3.824	1.962
Salários de empregados cedidos a recuperar	-	-	3.795	3.751
Alienação de bens e direitos	-	-	2.715	1.267
Reserva Global de Reversão - RGR - Diferenças	-	-	1.198	816
Adiantamento para depósitos judiciais	147	-	1.176	565
Locação da planta da UTE Araucária	-	-	-	14.223
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.348)	(4.348)	(8.459)	(8.453)
Outros créditos a receber	7	8	4.487	4.310
	154	8	54.236	62.313
Ativo não circulante				
Empréstimos compulsórios	-	-	4.305	4.185
Alienação de bens e direitos	-	-	4.116	4.202
Pagamentos antecipados	-	-	62	62
	-	-	8.483	8.449

A Provisão para créditos de liquidação – PCLD, na Companhia, refere-se ao saldo de parcelamento com Onda Provedor de Serviços, com difícil realização, e no consolidado, à Onda e a parcela não realizável, principalmente, de salário de empregados cedidos a recuperar.

13 Depósitos Judiciais

Os saldos de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Cíveis:				
Servidões de passagem	-	-	10.601	10.515
Cíveis	-	-	16.245	15.269
Consumidores	-	-	2.548	2.508
	-	-	29.394	28.292
Trabalhistas	-	-	64.187	56.656
Tributários	34.781	34.730	35.757	35.611
Outros depósitos Judiciais	-	-	1.069	781
	34.781	34.730	130.407	121.340

Os depósitos judiciais vinculados foram reclassificados para Provisões para Contingências e estão demonstrados na NE nº 26.



14 Créditos com Pessoas Ligadas

A Companhia possui, demonstrados pelo valor líquido, os créditos a receber abaixo com às suas coligadas e controladas:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Controladas:				
Copel Geração e Transmissão S.A.				
Dividendos a receber (NE nº 6)	384.688	504.688	-	-
	384.688	504.688		
Copel Distribuição S.A.				
Dividendos a receber (NE nº 6)	178.300	178.300	-	-
Financiamentos repassados - STN (a)	78.333	78.034	-	-
Contrato de mútuo (b)	554.850	683.052	-	-
	811.483	939.386		
Copel Participações S.A.				
Dividendos a receber (NE nº 6)	17.237	17.237	-	-
	17.237	17.237		
Copel Empreendimentos Ltda.				
Contrato de mútuo	-	34.847	-	-
	-	34.847		
	1.213.408	1.496.158		
Coligadas:				
Dividendos a receber (NE nº 6)				
Dominó Holdings S.A.	-	-	-	2.159
Foz do Chopim Energética Ltda.	-	-	-	608
Cia. Paranaense de Saneamento - Sanepar	-	-	5.783	-
	-	-	5.783	2.767
	1.213.408	1.496.158	5.783	2.767
Dividendos a receber (NE nº 6)	580.225	700.225	5.783	2.767
Ativo não circulante	633.183	795.933	-	-

a) Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para as suas subsidiárias integrais quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, estes compromissos foram igualmente registrados na Controladora.

O saldo remanescente no valor de R\$ 78.333 (R\$ 78.034 em 31.12.2007) refere-se à dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, repassado com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e é apresentado como crédito junto à Copel Distribuição e como obrigações por empréstimos e financiamentos na mesma subsidiária (NE nº 18.b).



b) Contrato de Mútuo

Em 27.02.2007, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo a ser firmado entre a Companhia (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 1.100.000. O prazo definido é de cinco anos, com juros de 104% da taxa DI, e a destinação dos recursos foram o programa de investimento da concessão e o pagamento das debêntures repassadas a Copel Distribuição, vencidas em 1º.03.2007.

15 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Participações em coligadas (a)	-	-	389.925	204.305
Participações em coligadas - ágio (b)				
Sercomtel S.A. - Telecomunicações	-	-	511	1.568
Sercomtel Celular S.A.	-	-	78	223
Cia. Paranaense de Saneamento - Sanepar	-	-	4.194	-
	-	-	4.783	1.791
Participações em controladas				
Copel Geração e Transmissão S.A.	3.279.630	3.144.442	-	-
Copel Distribuição S.A.	2.777.736	2.663.911	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	194.912	193.735	-	-
Copel Participações S.A.	1.310.146	1.226.802	-	-
	7.562.424	7.228.890	-	-
Outros investimentos				
Fundo de investimento da Amazônia - Finam	30.013	30.013	30.013	30.013
Finam - Nova Holanda	14.867	14.867	14.867	14.867
Fundo de investimento do Nordeste - Finor	9.870	9.870	9.870	9.870
Finam - Investco	7.903	7.903	7.903	7.903
Provisão para perdas nos incentivos	(26.801)	(26.801)	(26.801)	(26.801)
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (c)	-	-	6.844	6.450
Imóveis para uso futuro do serviço	-	-	4.634	4.588
Outros investimentos	2.322	2.322	3.825	3.823
	38.174	38.174	51.155	50.713
	7.600.598	7.267.064	445.863	256.809



a) Participações em coligadas

	Patrimônio líquido		Partic. Copel	Investimento	
	da investida (ajustado)			Consolidado	
Participações em coligadas	31.03.2008	31.12.2007	(%)	31.03.2008	31.12.2007
Dominó Holdings S.A. (d)	-	601.035	15,00	-	90.155
Sercomtel S.A. - Telecomunicações	184.518	182.562	45,00	83.033	82.153
Foz do Chopim Energética Ltda. ⁽¹⁾	48.467	45.718	35,77	17.337	16.353
Sercomtel Celular S.A.	16.116	19.464	45,00	7.253	8.759
Dona Francisca Energética S.A.	29.980	25.754	23,03	6.904	5.931
Copel Amec S/C Ltda. ⁽¹⁾	297	293	48,00	142	140
Carbocampel S.A. ⁽¹⁾	(122)	(115)	49,00	(59)	(56)
Adiantamento para aumento de capital				1.059	1.059
Escoelectric Ltda. ⁽¹⁾	(3.121)	(3.374)	40,00	(838)	(1.390)
Adiantamento para aumento de capital				1.025	1.025
Braspower International Engineering S/C Ltda. ⁽¹⁾	(408)	(407)	49,00	-	-
Adiantamento para aumento de capital				176	176
Cia. Paranaense de Saneamento - Sanepar ⁽²⁾	788.242	-	34,75	273.893	-
				389.925	204.305

⁽¹⁾ Não revisado por auditores independentes

⁽²⁾ Valor correspondente a 45% do Patrimônio Líquido ajustado

b) Participação em coligadas - ágio

Os investimentos na Sercomtel S.A. Telecomunicações e na Sercomtel Celular S.A. registraram ágios de aquisição (R\$ 42.289 e R\$ 5.814), que no trimestre representam saldos líquidos de R\$ 511 e R\$ 78, respectivamente. Esses ágios estão sendo amortizados à taxa anual de 10%, cujo efeito no resultado do 1º trimestre de 2008, e de 2007, foi de R\$ 1.202 (R\$ 1.057 + R\$ 145). O fundamento econômico do pagamento do ágio nestes investimentos foi a expectativa de rentabilidade futura, resultado da avaliação do retorno do investimento com base no fluxo de caixa descontado.

Em 1998, a aquisição por parte da Dominó Holdings S.A. das ações da Sanepar, gerou um ágio que esta sendo amortizado em 15 anos, a partir de 1999, a razão de R\$ 135 mensais, totalizando no trimestre o valor R\$ 183, proporcional à participação da Copel Empreendimentos. O fundamento econômico para o diferimento e amortização foi a perspectiva do resultado futuro do negócio.

c) Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Em 28.11.2006, através da Contratação de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos, na qualidade de produtor independente, o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão S.A. com participação de 51% e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. com participação de 49%, conquistou o direito de exploração da concessão para implantação da usina hidrelétrica de Mauá, cujo prazo é de 35 anos.



O presente empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma usina principal de 350MW e por uma pequena central hidrelétrica - PCH complementar de 11MW, totalizando 361MW de potência instalada, suficiente para atender cerca de 892.400 habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro-leste do Estado do Paraná.

O prazo máximo para entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da Usina é 1º.01.2011.

O projeto tem um investimento total previsto de R\$ 991.283, valor com data base de outubro de 2006, sendo que deste montante 51% (R\$ 505.554) serão investidos pela Copel Geração e Transmissão S.A. e 49% (R\$ 485.729) pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

A energia da usina de Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa de R\$ 112,96/MWh, atualizados com base no IPCA desde 1º.11.2006. Foram negociados 192 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2011. A garantia física do empreendimento estabelecida no contrato de concessão é de 197,7 MW médios, após a completa motorização, e a tarifa máxima de referência para comercialização da energia estabelecida no edital do leilão era R\$ 116,00/MWh.

Os trabalhos iniciaram em maio de 2007 com a emissão da ordem de serviço do projeto básico e início do projeto executivo da usina e do sistema de transmissão associado, elaboração de especificações técnicas, memórias de cálculo, desenhos e outros documentos relativos às diversas estruturas da usina, complementação das investigações geológicas e serviços de topografia. O projeto foi concluído e encontra-se em análise na Aneel. O empreendimento possui Estudo de impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA apresentados em audiência pública e aprovados pelo órgão licenciador, com emissão da Licença Prévia nº 9.589 pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, órgão vinculado à Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado, condicionada ao atendimento de cerca de 70 requisitos ambientais que compreendem os meios físico, biótico e socioeconômico para liberação da Licença de Instalação.

Em novembro de 2007, o Conselho Monetário Nacional - CMN autorizou excepcionalização à Resolução nº 2827/01, do Banco Central do Brasil, que trata do contingenciamento de crédito ao setor público, com vistas à concessão de financiamento para a Copel, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 340.000, aproximadamente, com o objetivo de alavancar a construção da usina hidrelétrica de Mauá.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados na conta de investimento, na proporção de quota parte no consórcio, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.



d) Dominó Holdings

Holding que detém 34,75% do capital da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, é uma sociedade de economia mista que tem por objeto social a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário. Em 14.01.2008, a Companhia, através de sua subsidiária integral Copel Participações S.A., passou a deter 45% do capital social da Dominó Holdings S.A., ao adquirir os 30% que pertenciam à Sanedo Participações Ltda., pagando a esta, a quantia de R\$ 110.226, gerando um deságio de R\$ 74.402, cujo fundamento econômico é a perspectiva do resultado futuro do negócio. Na consolidação dos balanços este deságio foi reclassificado para Resultados de Exercícios Futuros.

Com esta aquisição, a Copel Participações passou a deter o controle em conjunto com os demais acionistas, passando a Dominó Holdings a integrar proporcionalmente a consolidação dos balanços.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado da Dominó Holdings, bem como o da participação integrante da consolidação estão demonstrados a seguir:

Dominó Holdings S.A.	Saldos ajustados em 31.03.2008	
	Integrais	Participação (45%)
ATIVO	634.358	285.460
Ativo circulante	16.378	7.370
Ativo não circulante	617.980	278.090
Realizável a longo prazo	7	3
Permanente	617.973	278.087
PASSIVO	634.358	285.460
Passivo circulante	14.416	6.487
Patrimônio líquido	619.942	278.973
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Despesas gerais e administrativas	(1.594)	(718)
Resultado financeiro	120	54
Resultado de participações societárias	19.764	8.894
Lucro líquido do período	18.290	8.230

e) Centrais Eólicas do Paraná

A Companhia, através da sua subsidiária Copel Participações, detinha 30% do capital social das Centrais Eólicas do Paraná. Em 06.09.2007, passou a deter 100% deste empreendimento, ao adquirir, através da subsidiária Copel Geração, os 70% que pertenciam à Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. Desta operação resultou um deságio de R\$ 592, que na consolidação dos balanços foi reclassificado para Resultados de Exercícios Futuros.



f) Participação no capital social das coligadas e controladas

	% Participação no capital social			Capital social integralizado	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	31.03.2008	31.12.2007
Participações em coligadas					
Dominó Holdings S.A.	15,00	0,00	15,00	-	251.929
Sercomtel S.A. - Telecomunicações	45,00	45,00	45,00	246.896	246.896
Foz do Chopim Energética Ltda. ⁽¹⁾	-	-	35,77	23.000	23.000
Sercomtel Celular S.A.	45,00	45,00	45,00	36.540	36.540
Dona Francisca Energética S.A.	23,03	0,00	23,03	66.600	66.600
Copel Amec S/C Ltda. ⁽¹⁾	-	-	48,00	100	100
Carbocampel S.A. ⁽¹⁾	49,00	0,00	49,00	260	260
Escoelectric Ltda. ⁽¹⁾	-	-	40,00	8.050	8.050
Braspower International Engineering S/C Ltda. ⁽¹⁾	0,00	0,00	49,00	1.650	1.650
Cia. Paranaense de Saneamento - Sanepar	39,70	23,20	34,75	831.706	-
Participações em controladas					
Copel Geração e Transmissão S.A.	100,00	0,00	100,00	2.947.018	2.947.018
Copel Distribuição S.A.	100,00	0,00	100,00	2.171.928	2.171.928
Copel Telecomunicações S.A.	100,00	0,00	100,00	194.054	194.054
Copel Participações S.A.	100,00	0,00	100,00	1.098.500	1.098.500
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	51,00	51,00	51,00	71.365	71.365
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A	70,00	0,00	43,54	113.800	113.800
Copel Empreendimentos Ltda. ⁽¹⁾	-	-	100,00	397.983	397.983
UEG Araucária Ltda.	-	-	80,00	707.440	707.440
Centrais Eólicas do Paraná Ltda. ⁽¹⁾	-	-	100,00	3.061	3.061
Dominó Holdings S.A. ⁽²⁾	45,00	0,00	45,00	251.929	-

⁽¹⁾ Não revisado por auditores independentes

⁽²⁾ Controle em conjunto a partir de janeiro de 2008



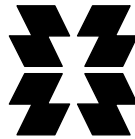
16 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido Consolidado
			31.03.2008			31.12.2007
Em serviço (a)						
Copel Geração e Transmissão	5.170.778	(1.968.844)	3.201.934	5.171.655	(1.937.690)	3.233.965
Copel Distribuição	4.557.025	(2.160.155)	2.396.870	4.462.250	(2.116.451)	2.345.799
Copel Telecomunicações	333.559	(186.682)	146.877	326.892	(179.894)	146.998
Copel Participações	337	(239)	98	341	(237)	104
Compagas	146.682	(35.443)	111.239	144.355	(33.636)	110.719
Elejor	605.609	(34.421)	571.188	605.458	(30.333)	575.125
UEG Araucária	634.108	(84.184)	549.924	634.233	(76.315)	557.918
Centrais Eólicas do Paraná	4.129	(2.267)	1.862	4.129	(2.215)	1.914
	11.452.227	(4.472.235)	6.979.992	11.349.313	(4.376.771)	6.972.542
Em curso						
Copel Geração e Transmissão	290.270	-	290.270	272.364	-	272.364
Copel Distribuição	358.215	-	358.215	377.070	-	377.070
Copel Telecomunicações	37.115	-	37.115	39.177	-	39.177
Compagas	21.457	-	21.457	20.047	-	20.047
Elejor	8.786	-	8.786	8.371	-	8.371
UEG Araucária	3.830	-	3.830	-	-	-
	719.673	-	719.673	717.029	-	717.029
	12.171.900	(4.472.235)	7.699.665	12.066.342	(4.376.771)	7.689.571
Obrigações especiais (b)						
Copel Geração e Transmissão	(4.925)	-	(4.925)	(4.925)	-	(4.925)
Copel Distribuição	(865.423)	-	(865.423)	(852.267)	-	(852.267)
	(870.348)	-	(870.348)	(857.192)	-	(857.192)
	11.301.552	(4.472.235)	6.829.317	11.209.150	(4.376.771)	6.832.379

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados principalmente na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

g) Imobilizado em serviço

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido Consolidado
			31.03.2008			31.12.2007
Máquinas e equipamentos	7.513.415	(3.038.807)	4.474.608	7.415.804	(2.969.087)	4.446.717
Reservatórios, barragens, adutoras	2.865.095	(1.021.658)	1.843.437	2.865.020	(1.006.005)	1.859.015
Edificações, obras civis, benfeitorias	695.285	(305.791)	389.494	693.208	(300.756)	392.452
Terrenos	118.771	-	118.771	118.812	-	118.812
Tubulações de gás	113.273	(23.730)	89.543	113.273	(22.786)	90.487
Veículos	126.976	(70.910)	56.066	124.168	(67.161)	57.007
Móveis e utensílios	19.412	(11.339)	8.073	19.028	(10.976)	8.052
	11.452.227	(4.472.235)	6.979.992	11.349.313	(4.376.771)	6.972.542



h) Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão. As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos dos acionistas. São atualizadas com os mesmos critérios e índices utilizados para corrigir os bens registrados no ativo imobilizado dos agentes. O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão.

Com a emissão da Resolução Normativa Aneel nº 234, de 31.10.2006, que estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo como as novas adições passarão a ser amortizados contabilmente a partir da data da próxima revisão tarifária periódica da Companhia (junho de 2008). Essa amortização será calculada utilizando a mesma taxa média da depreciação dos ativos correspondentes.

Na data do término da concessão, para efeitos do cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com critério a ser definido pela Aneel.

A alteração da característica dessas obrigações é decorrente da modificação ocorrida no mecanismo de tarifa estabelecida nessa nova Resolução Normativa, que determinou que a depreciação dos ativos adquiridos com recursos oriundos das obrigações especiais não será mais computada na "Parcela B" da receita requerida da concessionária.

i) **Mutação do imobilizado**

Saldos	em serviço	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2006	6.861.887	658.411	(808.612)	6.711.686
Programa de investimentos	-	82.215	-	82.215
Imobilizações de obras	138.907	(138.907)	-	-
Quotas de depreciação	(98.281)	-	-	(98.281)
Quotas de depreciação - obrigações especiais	(169)	-	169	-
Baixas	(3.531)	-	-	(3.531)
Participação financeira dos consumidores	-	-	(5.670)	(5.670)
Transferências para o intangível	(64)	-	-	(64)
Complemento de provisões para contingências	-	565	-	565
Em 31 de março de 2007	6.898.749	602.284	(814.113)	6.686.920
Consolidação do imobilizado das Centrais Eólicas	1.983	-	-	1.983
Programa de investimentos	-	433.927	-	433.927
Imobilizações de obras	389.422	(389.422)	-	-
Quotas de depreciação	(301.786)	-	-	(301.786)
Quotas de depreciação - obrigações especiais	169	-	(169)	-
Baixas	(15.862)	(29.926)	-	(45.788)
Participação financeira dos consumidores	-	-	(42.910)	(42.910)
Transferências entre o imobilizado intangível	(133)	1.606	-	1.473
Complemento de provisões para contingências	-	98.560	-	98.560
Em 31 de dezembro de 2007	6.972.542	717.029	(857.192)	6.832.379
Programa de investimentos	-	122.089	-	122.089
Imobilizações de obras	114.919	(114.919)	-	-
Quotas de depreciação	(100.833)	-	-	(100.833)
Baixas	(6.597)	(225)	-	(6.822)
Participação financeira dos consumidores	-	-	(13.156)	(13.156)
Transferências entre o imobilizado intangível	6	(601)	-	(595)
Transferências de bens destinados a uso futuro	(45)	-	-	(45)
Complemento de provisões para contingências	-	(3.700)	-	(3.700)
Em 31 de março de 2008	6.979.992	719.673	(870.348)	6.829.317



17 Intangível

	Direito de uso de softwares	Amortização acumulada ⁽¹⁾	Faixa de servidões	Outros	Líquido Consolidado	
					31.03.2008	31.12.2007
Em serviço						
Copel Geração e Transmissão	8.751	(8.122)	9.025	29	9.683	9.741
Copel Distribuição	30.559	(24.062)	17.606	113	24.216	24.252
Copel Telecomunicações	4.093	(2.608)	-	-	1.485	1.698
Copel Participações	-	-	-	1	1	1
Compagas	636	(411)	-	20	245	267
Elejor	-	-	101	-	101	101
UEG Araucária	70	(63)	-	-	7	7
	44.109	(35.266)	26.732	163	35.738	36.067
Em curso						
Copel Geração e Transmissão	425	-	652	-	1.077	874
Copel Distribuição	1.475	-	2.095	-	3.570	2.702
Copel Telecomunicações	100	-	-	-	100	-
Elejor	-	-	27	-	27	27
Ágio - Elejor (a)	-	-	-	21.118	21.118	21.306
Ágio - Copel Empreendimentos (b)	-	-	-	51.022	51.022	51.609
	2.000	-	2.774	72.140	76.914	76.518
					112.652	112.585

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

a) Ágio - Elejor

A aquisição das ações da Elejor pertencentes à Triunfo Participações S.A., em dezembro de 2003, gerou ágio no valor total de R\$ 22.626, que em 31.03.2008 apresenta um saldo de R\$ 21.118. O fundamento econômico utilizado para a amortização linear é a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo remanescente tem vencimento em outubro de 2036. O efeito no resultado em 31.03.2008 foi de R\$ 189 (R\$ 189 em 31.03.2007)

b) Ágio – Copel Empreendimentos

A aquisição das quotas da Copel Empreendimentos Ltda., em 31.05.2006, cuja razão social era El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., holding da UEG Araucária Ltda., da qual possui 60% do capital social, gerou ágio líquido de R\$ 53.954, que em 31.03.2008 representa um saldo de R\$ 51.022. O fundamento econômico para amortização linear foi a expectativa de resultado futuro da operação comercial da concessão, cujo prazo restante tem vencimento em dezembro de 2029. O efeito no resultado em 31.03.2008 foi de R\$ 586 (R\$ 586 em 31.03.2007).



c) Muta o do intangível

Saldos	em serviço	Intangível em curso	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2006	32.014	84.784	116.798
Programa de investimentos	-	1.581	1.581
Capitaliza�es	2.242	(2.242)	-
Quotas de amortiza�o	(883)	(775)	(1.658)
Baixas	(13)	-	(13)
Transferências entre o imobilizado tangível	64	-	64
Em 31 de março de 2007	33.424	83.348	116.772
Programa de investimentos	-	2.825	2.825
Capitaliza�es	5.724	(5.724)	-
Quotas de amortiza�o	(2.781)	(2.325)	(5.106)
Baixas	(434)	-	(434)
Transferências entre o imobilizado tangível	134	(1.606)	(1.472)
Em 31 de dezembro de 2007	36.067	76.518	112.585
Programa de investimentos	-	1.176	1.176
Capitaliza�es	606	(606)	-
Quotas de amortiza�o	(863)	(775)	(1.638)
Baixas	(66)	-	(66)
Transferências entre o imobilizado tangível	(6)	601	595
Em 31 de março de 2008	35.738	76.914	112.652

18 Empréstimos e Financiamentos

As composi es dos saldos de empréstimos e financiamentos consolidados e da controladora são as seguintes:

Consolidado	Principal	Encargos	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			31.03.2008 Total	31.12.2007 Total	31.03.2008	31.12.2007
Moeda estrangeira						
BID (a)	18.513	489	19.002	18.808	36.769	43.898
STN (b)	6.360	2.424	8.784	7.602	69.549	70.432
Banco do Brasil (c)	4.341	29	4.370	4.083	2.170	3.919
Eletrobrás (d)	5	1	6	5	32	33
	29.219	2.943	32.162	30.498	108.520	118.282
Moeda nacional						
Eletrobrás (d)	38.515	23	38.538	43.096	264.063	272.798
Eletrobrás - Elejor (e)	-	-	-	-	99.740	94.709
BNDES - Compagas (f)	6.329	-	6.329	6.328	17.449	19.029
Banco do Brasil (c)	141	3.444	3.585	12.762	330.436	330.450
	44.985	3.467	48.452	62.186	711.688	716.986
	74.204	6.410	80.614	92.684	820.208	835.268



Controladora			Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	31.03.2008 Total	31.12.2007 Total	31.03.2008	31.12.2007
Moeda estrangeira						
STN (b)	6.360	2.424	8.784	7.602	69.549	70.432
Moeda nacional						
Banco do Brasil S.A. (c)	-	3.440	3.440	12.621	329.600	329.600
	6.360	5.864	12.224	20.223	399.149	400.032

Vencimentos das parcelas de longo prazo:

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Consolidado	
			31.03.2008	31.12.2007
2009	15.648	31.461	47.109	68.830
2010	23.261	41.949	65.210	64.256
2011	14.071	59.295	73.366	71.950
2012	4.878	53.010	57.888	56.886
2013	2.583	52.966	55.549	54.516
2014	1.294	382.441	383.735	382.689
2015	-	52.799	52.799	51.739
2016	-	32.381	32.381	31.637
2017	-	3.107	3.107	3.106
2018	-	2.112	2.112	2.115
2019	-	114	114	114
2020	-	48	48	49
2021	-	5	5	5
após 2021	46.785	-	46.785	47.376
	108.520	711.688	820.208	835.268

Mutação de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2006	36.056	173.097	54.096	431.209	694.458
Ingressos	-	-	-	260.000	260.000
Encargos	2.721	-	15.687	3.923	22.331
Variação monetária e cambial	(1.059)	(6.505)	40	1.886	(5.638)
Transferências	12.181	(12.181)	11.577	(11.577)	-
Amortizações	(14.680)	-	(31.122)	-	(45.802)
Em 31 de março de 2007	35.219	154.411	50.278	685.441	925.349
Ingressos	-	-	-	86.592	86.592
Encargos capitalizados	-	-	-	12.129	12.129
Encargos	6.892	-	40.220	(1.525)	45.587
Variação monetária e cambial	(3.532)	(18.251)	313	9.076	(12.394)
Transferências	17.878	(17.878)	74.727	(74.727)	-
Amortizações	(25.959)	-	(103.352)	-	(129.311)
Em 31 de dezembro de 2007	30.498	118.282	62.186	716.986	927.952
Encargos capitalizados	-	-	-	2.749	2.749
Encargos	2.054	-	15.780	595	18.429
Variação monetária e cambial	929	1.316	84	3.397	5.726
Transferências	11.078	(11.078)	12.039	(12.039)	-
Amortizações	(12.397)	-	(41.637)	-	(54.034)
Em 31 de março de 2008	32.162	108.520	48.452	711.688	900.822



a) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15.01.1991, totalizando US\$ 135.000. A dívida é amortizada semestralmente, com vencimento final em janeiro de 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o primeiro trimestre de 2008, foi de 4,25% a.a. O contrato tem as seguintes cláusulas, prevendo rescisão:

- 1) Inadimplemento, por parte do mutuário de qualquer outra obrigação estipulada no contrato ou contratos subscritos com o Banco para financiamento para o projeto;
- 2) A retirada ou suspensão, como membro do BID, da República Federativa do Brasil;
- 3) Inadimplemento, por parte do fiador, se houver, de qualquer obrigação estipulada no contrato de garantia;
- 4) Quando a relação entre o seu ativo circulante e o total dos seus financiamentos comerciais e bancários de curto prazo, excluídas a parte corrente da dívida de longo prazo e os dividendos a serem reinvestidos, seja inferior a 1,2; e
- 5) Quando a relação entre sua dívida de longo prazo e o seu patrimônio exceder a 0,9.

Neste contrato foi concedida fiança do Governo Federal e garantias hipotecária e fiduciária.

b) Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A reestruturação da dívida de médio e longo prazo, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	Consolidado	
				31.03.2008	31.12.2007
Par Bond	30	15.04.2024	30	28.367	28.294
Capitalization Bond	20	15.04.2014	10	15.818	15.703
Debt Conversion Bond	18	15.04.2012	10	12.173	12.133
Discount Bond	30	15.04.2024	30	19.818	19.755
New Money Bonds	15	15.04.2009	7	1.071	1.067
Flirb	15	15.04.2009	9	1.086	1.082
				78.333	78.034

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)	Amortizações
Par Bond	6,0	única
Capitalization Bond	8,0	semestral
Debt Conversion Bond	Libor semestral + 0,8750	semestral
Discount Bond	Libor semestral + 0,8125	única
New Money Bonds	Libor semestral + 0,8750	semestral
Flirb	Libor semestral + 0,8125	semestral



Em garantia a esse contrato, a Companhia cedeu e transferiu à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 9.129 e R\$ 13.013 (R\$ 9.246 e R\$ 13.177, em 31.12.2007), respectivamente, contabilizadas na conta cauções e depósitos vinculados, no ativo não circulante (NE nº 11).

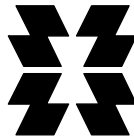
c) Banco do Brasil S.A.

A Companhia possui os seguintes contratos:

- 1) Contratos com recursos em iene, para a subestação isolada a gás de Salto Caxias, amortizáveis em 20 parcelas semestrais, a partir de 07.03.2000, com juros de 2,8% a.a. e comissão de repasse de 3,8% a.a. A garantia é vinculada à receita própria;
- 2) Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil S.A., assinado em 30.03.1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema *price*, a partir de 1º.04.1994, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM e taxa de juros de 5,098% a.a.. A garantia é vinculada à receita própria; e
- 3) A Controladora possui as notas de crédito relacionadas a seguir.

Notas de crédito	Data da emissão	Vencimento do principal	Encargos financeiros vencíveis semestralmente	R\$
Comercial nº 330.600.129	31.01.2007	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000
Industrial nº 330.600.132	28.02.2007	28.02.2014	106,2% da taxa média do CDI	231.000
Industrial nº 330.600.151	31.07.2007	31.07.2014	106,5% da taxa média do CDI	18.000
Industrial nº 330.600.156	28.08.2007	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348
Industrial nº 330.600.157	31.08.2007	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252
				329.600

Como garantia, foi dada autorização ao Banco do Brasil aplicar, na cobertura parcial ou total do saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, quaisquer importâncias levadas, a qualquer título, a crédito da conta depósitos. Foi autorizado, também em caráter irrevogável e irretratável, independente de prévio aviso, proceder à compensação entre o crédito do banco, correspondente ao saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, e os créditos de qualquer natureza que a Companhia tenha ou venha a ter junto ao Banco do Brasil.

**d) Eletrobrás**

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás – Finel e da RGR, para expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999, e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 5,5% a 6,5% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e da Unidade Fiscal de Referência – Ufir. A Copel recebeu o montante de R\$ 29.736, deste R\$ 16.992 em 2007, para aplicação no Programa Luz para Todos, proveniente de recursos da RGR, referente ao contrato ECFS-142/2006, assinado em 11.05.2006, com carência de 24 meses e amortização em 120 parcelas mensais com vencimento final em 30.09.2020.

A garantia é representada pela receita própria da Controladora e da Copel Distribuição.

e) Eletrobrás - Elejor

Para efeitos de apresentação das informações trimestrais consolidadas, o valor das ações a serem resgatadas pela Elejor, acrescido dos encargos financeiros, foi reclassificado de participação de acionistas não controladores para empréstimos e financiamentos, no passivo não circulante.

O saldo apresentado refere-se à integralização de 59.900 ações preferenciais resgatáveis da Elejor detidas pela Eletrobrás, que totalizaram R\$ 59.900, as quais deverão ser readquiridas pela emissora (Elejor) em 32 parcelas trimestrais e consecutivas de 1.871.875 ações a partir do 24º mês do início da operação comercial do empreendimento, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora, ocorrida em 31.08.2006. Assim, o primeiro pagamento será em setembro de 2008, devendo os valores integralizados serem atualizados pela aplicação do IGPM/FGV, *pro rata temporis*, entre a data de integralização das ações e a data do pagamento das respectivas parcelas, acrescidos da remuneração de capital de 12% a.a., *pro rata temporis*.

Em agosto de 2007, houve antecipação de 9 parcelas de 1.871.875 ações, correspondente a R\$ 20.385, e pagamento de encargos financeiros no valor R\$ 18.725, totalizando R\$ 39.110.

f) BNDES - Compagas

O saldo do BNDES é composto por quatro contratos da Compagas assinados em 14.12.2001, amortizáveis em 99 parcelas mensais, com juros de 4% a.a., sendo dois contratos para aquisição de máquinas e equipamentos, indexados pela TJLP (limitada a 6% a.a.) e dois para obras, instalações e serviços, indexados pela Unidade Monetária do BNDES - UMBND.

A garantia do financiamento está vinculada aos recebíveis da Compagas pelo fornecimento de gás, que devem ser exclusivamente recebidos através de uma conta corrente mantida no Banco Itaú S.A.



19 Debêntures

A composição de debêntures é a seguinte:

	Principal	Encargos	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			31.03.2008 Total	31.12.2007 Total	31.03.2008	31.12.2007
Controladora (a)	133.360	7.395	140.755	168.599	600.000	733.360
Elejor (b)	-	3.230	3.230	3.228	269.476	269.314
	133.360	10.625	143.985	171.827	869.476	1.002.674

Vencimentos das parcelas de longo prazo:

	Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007
2009	22.802	156.148
2010	42.149	42.123
2011	646.064	646.037
2012	46.064	46.037
2013	46.064	46.037
2014	43.024	42.998
2015	20.176	20.164
2016	3.133	3.130
	869.476	1.002.674

Mutação das debêntures:

Saldos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total Consolidado
Em 31 de dezembro de 2006	838.355	1.129.230	1.967.585
Encargos	48.107	-	48.107
Variação monetária	1.902	4.736	6.638
Transferências	135.203	(135.203)	-
Amortizações	(871.597)	-	(871.597)
Em 31 de março de 2007	151.970	998.763	1.150.733
Encargos	90.005	-	90.005
Variação monetária	1.882	7.566	9.448
Transferências	3.655	(3.655)	-
Amortizações	(75.685)	-	(75.685)
Em 31 de dezembro de 2007	171.827	1.002.674	1.174.501
Encargos	28.152	-	28.152
Variação monetária	-	162	162
Transferências	133.360	(133.360)	-
Amortizações	(189.354)	-	(189.354)
Em 31 de março de 2008	143.985	869.476	1.013.461

**a) Debêntures - Companhia****1) 4ª Emissão de Debêntures**

A emissão em série única de 60 mil debêntures constituiu a quarta emissão simples realizada pela Companhia, em 1º.09.2006, no valor de R\$ 600.000, concluída em 06.10.2006, com subscrição integral no valor total de R\$ 607.899, com prazo de vigência de cinco anos a contar da data de emissão e vencimento final, em série única, em 1º.09.2011. A espécie das debêntures é simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas e sem garantia

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104% da taxa Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI over, extragrupo, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - Cetip (à taxa DI), calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente ao período de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º.03.2007 e o último em 1º.09.2011. Não haverá repactuação das debêntures.

Os recursos captados com a distribuição pública das debêntures foram destinados ao alongamento do perfil da dívida da Emissora, por meio de pagamento de suas obrigações financeiras, bem como ao reforço de seu caixa. Os recursos provenientes da emissão foram utilizados na liquidação financeira de 1/3 do valor principal das debêntures da 3ª emissão da emissora, com vencimento em 1º.02.2007, e na quitação do principal das debêntures da 2ª emissão da emissora, com vencimento em 1º.03.2007.

2) 3ª Emissão de Debêntures

A emissão em série única de 40 mil debêntures constitui a 3ª emissão de debêntures simples, concluída em 09.05.2005, com subscrição integral no valor total de R\$ 400.000, com prazo de vigência de 4 anos e vencimento final em 2009, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º.02.2007, a segunda, de 1/3, em 1º.02.2008 e a terceira, de 1/3, em 1º.02.2009.

A espécie das debêntures é simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas e com garantia real. Os recursos foram destinados ao pagamento de títulos emitidos no mercado internacional (euronotas) pela emissora, em 02.05.1997, cujo vencimento ocorreu em 02.05.2005, no valor de US\$ 150.000.

A garantia dada é a movimentação da conta corrente da Copel Geração e Transmissão com o Banco do Brasil S.A., na qual serão depositados todos e quaisquer recursos recebidos ou creditados pela Copel Geração por força dos contratos de comercialização de energia, atuais e futuros.



A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, deduzidas as amortizações realizadas e pagas anteriormente, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 115% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, extragrupo, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela Cetip (à taxa DI), calculada de forma exponencial e cumulativa pro-rata temporis por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º.08.2005 e o último em 1º.02.2009. Não haverá repactuação das debêntures.

A escritura das debêntures citadas contém cláusulas de vencimento antecipado em determinadas condições.

b) Debêntures – Elejor

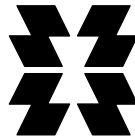
O contrato da primeira emissão de debêntures da Elejor foi realizado com a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, com interveniência da Copel Participações, denominada “Acionista Garantidora” com a Copel.

Os recursos captados apresentam as seguintes finalidades:

- 1) Investimentos no Complexo Energético Fundão-Santa Clara, no rio Jordão, no Estado do Paraná;
- 2) Investimentos em duas pequenas centrais hidrelétricas, PCH Santa Clara I e PCH Fundão;
- 3) Pagamento de 50% dos valores aportados entre 1º.07.2004 e 30.09.2004, conforme contrato de mútuo celebrado em 07.04.2004 com a Acionista Garantidora;
- 4) Pagamento integral dos aportes de recursos realizados pela Acionista Garantidora no período de 1º.10.2004 até a data da primeira integralização das debêntures;
- 5) Pagamento de despesas operacionais inerentes à atividade social da emissora, inclusive aquisição de energia elétrica para suprimento de compromisso de fornecimento; e
- 6) Financiamento dos programas socioambientais relacionados à realização dos investimentos no Complexo Energético Fundão-Santa Clara.

Foram emitidas 1.000 debêntures, sob forma escritural e sem emissão de cautelas ou certificados. A emissão foi em duas séries, a primeira de 660 e a segunda de 340. As duas séries foram nominativas, conversíveis em ações ordinárias e preferenciais da classe “C”, a critério dos debenturistas.

O valor total da emissão foi de R\$ 255.626. As debêntures tiveram valor nominal unitário de R\$ 256 na data da emissão, 15.02.2005. As debêntures terão seu valor nominal atualizado segundo a variação da TJLP.



A primeira série tem vencimento final em 15.02.2015. O período de carência do principal é de 48 meses contados da emissão, a partir do qual a amortização dar-se-á em 24 parcelas trimestrais na forma da escritura. A primeira amortização ocorrerá em 15.05.2009.

A segunda série tem vencimento final em 15.02.2016. O período de carência do principal é de 60 meses, a partir do qual a amortização dar-se-á em 24 parcelas trimestrais, na forma da escritura. A primeira amortização ocorrerá em 15.05.2010.

Os juros da primeira e segunda séries serão remunerados segundo a variação da TJLP, acrescido de um *spread* de 4% a.a., incidente sobre o saldo devedor das séries. Os juros da primeira série serão pagos anualmente, nos primeiros 12 meses, contados da data da emissão, e trimestralmente durante todo o restante do prazo, sendo o primeiro vencimento em 15.02.2006 e o último em 15.02.2015. Os juros da segunda série serão pagos anualmente nos primeiros 24 meses contados a partir da data de emissão, e trimestralmente durante todo o restante do prazo, sendo o primeiro em 15.05.2007 e o último em 15.02.2016.

O contrato apresenta as seguintes garantias:

- 1) Fidejussória (carta de fiança) emitida pela Copel Participações, a qual se obriga como fiadora e principal pagadora perante os debenturistas;
- 2) Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão: nos termos dos instrumentos particulares de vinculação de receitas e outras avenças celebrados entre a emissora, o agente fiduciário e o banco depositário, constituiu-se penhor, em caráter irrevogável e irretratável, com a devida autorização da Aneel; e
- 3) Vinculação de receitas e reserva de meios de pagamentos: por instrumento celebrado entre a emissora, o agente fiduciário e o banco depositário, constituíram-se conta centralizadora e conta reserva, com vigência até a final liquidação de todas as obrigações deste contrato.

A escritura das debêntures citadas contém cláusulas de vencimento antecipado em determinadas condições.



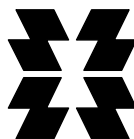
20 Fornecedores

	31.03.2008	Consolidado 31.12.2007
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da rede básica	51.795	50.291
Transporte de energia	3.720	3.028
Uso da conexão	237	237
	55.752	53.556
Suprimento de energia elétrica		
Eletrobrás (Itaipu)	74.552	74.090
Concessionárias - CCEE (NE nº 33)	61.830	1.229
Furnas Centrais Elétricas S.A.	31.789	30.849
Controladora Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	30.784	28.430
Controladora Energética de São Paulo - Cesp	11.505	9.763
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	10.255	8.834
Itiquira Energética S.A.	9.714	8.468
Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.	8.740	8.293
Dona Francisca Energética S.A.	4.567	4.567
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	4.667	4.052
Outras concessionárias	27.627	14.523
	276.030	193.098
Materiais e serviços		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação - NC (a)	195.340	190.394
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - aquisição de gás pela Compagas	25.260	21.031
Outros fornecedores	97.334	98.825
	317.934	310.250
	649.716	556.904
Circulante	454.376	366.510
Não circulante - NC	195.340	190.394

a) Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Em 06.03.2006, a Copel assinou acordo com a Petrobras, visando equacionar as pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária. O acordo consistiu na assinatura de Contrato de Transação Extrajudicial pelo qual a Copel Geração e Transmissão, tendo a Copel como devedora solidária, confessou dívida de R\$ 150.000 para com a Petrobras, esta na qualidade de cessionária dos créditos da Compagas junto à Copel Geração, a ser paga em 60 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa Selic.

Em 30.05.2006, a Copel Geração assinou Termo de Ratificação de Quitação Mútua com a Compagas, no qual as partes dão-se plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação mútua de todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural que celebraram entre si em 30.05.2000, rescindido em 31.05.2005, nada mais tendo a reclamar uma contra a outra, a qualquer título, a partir da assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial com Confissão de Dívida que ajustaram juntamente com a Petrobras, com a participação da Copel, remanescendo a dívida ali confessada pela Copel Geração.



21 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007
Folha de pagamento		
Participação nos lucros e/ou resultados	54.254	54.254
Impostos e contribuições sociais	16.920	22.177
Folha de pagamento, líquida	134	132
Consignações a favor de terceiros	24	3
	71.332	76.566
Provisões trabalhistas		
Férias e 13º Salário	47.139	49.390
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	15.767	15.533
Provisões para desligamentos voluntários	2.041	4.630
	64.947	69.553
	136.279	146.119

22 Benefício Pós-emprego

a) Plano de benefício previdenciário

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistências médicas e odontológicas (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

Os planos previdenciários I e II foram estabelecidos na modalidade de benefício definido (BD) contributivo e o plano previdenciário III (CV) foi estabelecido na modalidade de contribuição definida (CV). Na data da aposentadoria o plano de contribuição definida (CV) torna-se uma renda mensal vitalícia.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/2000. As premissas atuariais e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

O fluxo de pagamento das contribuições relativas aos planos previdenciários I e II, até julho de 2007, estava garantido por contrato denominado "Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários (Básico) e Complementar de Benefícios Previdenciários", assinado em 20 de janeiro de 1999. Este contrato possui cláusulas que prevêm a extinção da obrigação sob determinadas condições. Com base em pareceres legais preparados por consultores jurídicos externos e internos, a Companhia comunicou à Administração da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, em 27.07.2007, a cessação dos pagamentos das contribuições vinculadas a este contrato a partir de agosto de 2007, em face da extinção das obrigações ali pactuadas.



b) Plano de benefício assistencial

A Companhia e controladas alocam recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde dos empregados e dependentes, dentro das regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. Inclui exames médicos periódicos e são estendidos aos aposentados e pensionistas vitaliciamente.

c) Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no balanço patrimonial na conta de Benefícios Pós-emprego estão resumidos a seguir:

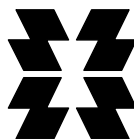
	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total Consolidado	
			31.03.2008	31.12.2007
Plano de benefícios - Planos I e II (BD) - Copel	119.977	368.675	488.652	488.007
Plano de benefícios - Compagas (BD)	241	1.287	1.528	1.528
Subtotal	120.218	369.962	490.180	489.535
Plano de benefícios - Plano III (CV) - empregados	5.659	-	5.659	7.162
	125.877	369.962	495.839	496.697
		Circulante	17.655	42.286
		Não circulante	478.184	454.411

Os valores consolidados reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007
Plano previdenciário - custo periódico pós-emprego	(6.898)	-
Plano previdenciário (CV)	11.822	15.496
Plano assistencial - pós-emprego	10.379	2.852
Contribuição assistencial	6.620	6.521
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(1.518)	(2.156)
	20.405	22.713

23 Encargos do Consumidor a Recolher

	Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007
Conta de desenvolvimento energético - CDE	14.905	14.677
Conta de consumo de combustível - CCC	13.624	12.642
Reserva global de reversão - RGR	5.032	5.403
	33.561	32.722



24 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Os saldos em provisões de P&D e PEE são compostos da seguinte forma:

	Saldo em 31.03.2008	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar em projetos
Pesquisa e desenvolvimento - P&D				
FNDCT	19.661	-	19.661	-
MME	9.850	-	9.850	-
P&D - projetos	80.854	17.131	-	63.723
	110.365	17.131	29.511	63.723
Programa de eficiência energética - PEE	80.846	18.666	-	62.180
	191.211	35.797	29.511	125.903

A mutação dos saldos está apresentada a seguir:

	Consolidado 31.12.2007	Constituição	Selic	Baixas	Consolidado 31.03.2008
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	20.157	3.389	-	(3.885)	19.661
MME	10.287	1.695	-	(2.132)	9.850
P&D - projetos	75.893	3.389	1.585	(13)	80.854
	106.337	8.473	1.585	(6.030)	110.365
Programa de eficiência energética - PEE	78.943	4.492	1.299	(3.888)	80.846
	185.280	12.965	2.884	(9.918)	191.211

25 Outras Contas a Pagar

	31.03.2008	Consolidado 31.12.2007
Passivo circulante		
Encargo da concessão - outorga Aneel	28.913	27.084
Taxa de iluminação pública arrecadada	15.970	16.320
Devolução - Participação Financeira do Consumidor - (ERD)	12.474	12.284
Compensação financeira - recursos hídricos	11.877	13.155
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	2.240	2.240
Cauções em garantia	1.966	1.521
Taxa de fiscalização - Aneel	1.442	1.380
Auxílio alimentação/refeição	-	3.703
Outras obrigações	6.598	7.778
	81.480	85.465
Passivo não circulante		
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	6.720	6.720
Outras obrigações	15	-
	6.735	6.720



26 Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Os saldos das provisões para contingências, líquidos dos depósitos judiciais vinculados são os seguintes:

Consolidado	Contingências	Depósitos judiciais	31.03.2008		31.12.2007	
			Provisão líquida	Provisão líquida	Provisão líquida	Provisão líquida
				31.03.2008		31.12.2007
Trabalhistas	106.412	(16.124)	90.288		80.092	
Regulatórias	104	-	104		2.169	
Cíveis:						
Fornecedores (a)	50.191	-	50.191		49.954	
Cíveis e direito administrativo	19.677	(1.436)	18.241		14.712	
Servidões de passagem (b)	11.275	-	11.275		16.070	
Desapropriações e patrimoniais (b)	108.076	-	108.076		107.083	
Consumidores	4.924	(175)	4.749		6.427	
Ambientais	-	-	-		163	
	194.143	(1.611)	192.532		194.409	
Fiscais:						
Tributárias	92.974	(26.668)	66.306		65.769	
Pasep	14.802	(14.584)	218		218	
Cofins (c)	171.613	-	171.613		171.613	
	279.389	(41.252)	238.137		237.600	
	580.048	(58.987)	521.061		514.270	
<hr/>						
Controladora	Contingências	Depósitos judiciais	31.03.2008		31.12.2007	
			Provisão líquida	Provisão líquida	Provisão líquida	Provisão líquida
Cíveis	396	-	396		16	
Fiscais:						
Tributárias	61.783	(26.668)	35.115		34.570	
Pasep	14.802	(14.584)	218		218	
Cofins (c)	171.613	-	171.613		171.613	
	248.198	(41.252)	206.946		206.401	
	248.594	(41.252)	207.342		206.417	



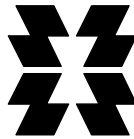
As mutações das provisões são as seguintes:

Consolidado	Saldo Provisão	Constituições	Reversões	Quitações	Saldo Provisão
	31.12.2007				31.03.2008
Trabalhistas	102.474	6.785	(202)	(2.645)	106.412
Regulatórias	2.169	10	(2.075)	-	104
Cíveis:					
Fornecedores	49.954	237	-	-	50.191
Servidões de passagem	16.070	-	(4.694)	(101)	11.275
Cíveis e direito administrativo	15.975	3.942	-	(240)	19.677
Consumidores	6.523	-	(1.599)	-	4.924
Desapropriações e patrimoniais	107.083	993	-	-	108.076
Ambientais	163	-	(163)	-	-
	195.768	5.172	(6.456)	(341)	194.143
Fiscais:					
Tributárias	92.488	515	(29)	-	92.974
Pasep	14.776	26	-	-	14.802
Cofins	171.613	-	-	-	171.613
	278.877	541	(29)	-	279.389
	579.288	12.508	(8.762)	(2.986)	580.048

Controladora	Saldo Provisão	Constituições	Saldo Provisão
	31.12.2007		31.03.2008
Cíveis	16	380	396
Fiscais:			
Tributárias	61.290	493	61.783
Pasep	14.776	26	14.802
Cofins	171.613	-	171.613
	247.679	519	248.198
	247.695	899	248.594

Os detalhamentos das naturezas das ações respondidas pela Companhia em 31.03.2008 são consistentes com aqueles apresentados nas demonstrações contábeis de 31.12.2007.

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31.03.2008, totalizaram R\$ 1.733.789, distribuídas em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 42.861; regulatórias R\$ 915.377; cíveis R\$ 329.642; e tributárias R\$ 445.909. Quanto à ação de natureza regulatória, referente ao Despacho Aneel nº 288/2002, convém salientar serem boas as chances de êxito da demanda judicial através da qual a Companhia visa eximir-se do encargo, conforme opinião de seus assessores jurídicos e o consignado na NE nº 33 destas demonstrações, sob o título Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

**a) Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.**

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras, em detrimento do interesse público. Concomitantemente, as vendedoras, depois de rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas que condenou a Copel a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão.

A Administração, em razão da estimativa da probabilidade de perda provável julgada pelos assessores jurídicos, com base nas informações disponíveis e do estágio atual dos processos, decidiu por constituir provisão para contingências no valor original da dívida atualizado monetariamente de acordo com as condições contratuais originais, o qual representa, em 31.03.2008, o valor de R\$ 50.191.

b) Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Copel é constituído principalmente pelas ações de desapropriações, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias em função de preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública.

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de cobrança proposta pela empresa Ivaí Engenharia de Obras S.A., a Copel foi condenada a pagar a quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato D-01, que tinha por objeto a execução de obras de derivação do rio Jordão, no valor de R\$ 180.917. A Copel recorreu e obteve sucesso parcial com a rejeição da cumulação da taxa Selic com os juros moratórios. A Copel continuará a discutir judicialmente a exigência, valendo-se dos recursos que o processo lhe assegura.

A Copel, levando em conta a avaliação da sua Diretoria Jurídica, que considera a probabilidade de perda no valor de R\$ 101.904, a contabilizou em Provisões para Contingências Patrimoniais.



c) Cofins

A Copel não recolhia a Cofins sobre o faturamento resultante da venda de energia elétrica, amparada por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, transitada em julgado no dia 18.08.1998, que lhe reconheceu a imunidade prevista na Constituição Federal. A ação rescisória, proposta pela União em agosto de 2000 foi extinta pelo TRF da 4ª Região, ao fundamento de que já ocorrera a decadência do direito de propor tal ação. O recurso especial interposto pela União perante o Superior Tribunal de Justiça não mereceu provimento por aquele Tribunal. Diante disso, fez-se a reversão da provisão que havia sido constituída, diante do parecer do advogado da causa que considerava remota a probabilidade de desembolso de importâncias a título de Cofins. No final do ano passado, todavia, o Superior Tribunal de Justiça, contrariando todas as previsões, acolheu embargos de declaração da União e, decidindo que não ocorrera a decadência, determinou o retorno dos autos ao TRF da 4ª Região, para o julgamento da ação rescisória. Embora a decisão ainda não seja definitiva, pois a Copel dela recorre, o entendimento do advogado da causa é no sentido de que o risco de perda deixou de ser remoto, passando a ser provável. Diante disso, a Copel constituiu provisão correspondente ao montante atualizado, do principal e acessórios, de R\$ 171.613, já excluídos os créditos tributários cuja exigibilidade já está atingida pela decadência.

27 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.03.2008, monta a R\$ 4.460.000 e sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Número de ações em unidades	
		%		%		%	Total	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,28	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
Bovespa ⁽¹⁾	14.666.560	10,11	125.784	31,58	72.083.422	56,22	86.875.766	31,74
NYSE ⁽²⁾	4.946.233	3,41	-	-	28.669.437	22,36	33.615.670	12,28
Latibex ⁽³⁾	-	-	-	-	78.925	0,06	78.925	0,03
Prefeituras	184.292	0,13	14.711	3,69	-	-	199.003	0,08
Outros	375.848	0,25	257.847	64,73	98.524	0,07	732.219	0,27
	145.031.080	100,00	398.342	100,00	128.225.953	100,00	273.655.375	100,00

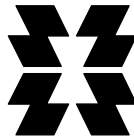
⁽¹⁾ Bolsa de Valores de São Paulo

⁽²⁾ Bolsa de Valores de Nova Iorque

⁽³⁾ Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madrid

Em 06.08.2007, as ações da Copel foram grupadas à razão de 1.000 para 1 ação, a negociação em lote padrão de 100 ações e cotação unitária.

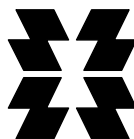
Nas Assembléias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto.



As ações preferenciais classe “A” não possuem direito a voto, porém detêm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos de 10% ao ano, não cumulativos, calculados sobre o capital representado pelas ações dessa classe.

As ações preferenciais classe “B” não possuem direito a voto, mas terão prioridade na distribuição de dividendos mínimos, calculados com base em 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia. Os dividendos assegurados à classe “B” serão prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente serão pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”.

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/1976, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.



28 Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

	Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007
Fornecimento de energia elétrica		
Residencial	232.199	206.137
Industrial	249.297	208.625
Comercial, serviços e outras atividades	153.143	135.964
Rural	32.743	28.920
Poder público	19.453	17.612
Iluminação pública	16.195	15.004
Serviço público	15.639	14.220
	718.669	626.482
Suprimento de energia elétrica		
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	195.658	174.087
Contratos bilaterais	110.000	112.501
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(3.355)	2.340
Contratos com pequenas concessionárias	14.313	10.965
	316.616	299.893
Disponibilidade da rede elétrica		
Rede elétrica - tarifa de uso do sistema de distribuição - Tustd		
Residencial	263.605	269.842
Industrial	282.762	269.772
Comercial, serviços e outras atividades	171.560	174.831
Rural	37.161	37.834
Poder público	22.066	23.043
Iluminação pública	18.382	19.632
Serviço público	17.756	18.608
Rede básica - tarifa de uso do sistema de transmissão - Tust	33.238	38.956
Rede de conexão	325	46
Parcela de ajustes de encargos da rede	3.382	-
	850.237	852.564
Receita de telecomunicações	17.594	15.106
Distribuição de gás canalizado	59.491	57.589
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	19.196	10.957
Renda da prestação de serviços	5.545	3.030
Serviço taxado	2.002	2.012
Outras receitas	229	193
	26.972	16.192
	1.989.579	1.867.826



29 Deduções da Receita Bruta

	Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007
Tributos sobre a receita		
ICMS	386.960	362.812
Cofins	155.385	104.804
PIS/Pasep	33.745	22.761
ISSQN	421	399
	576.511	490.776
Encargos do consumidor		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	47.344	47.474
Conta de consumo de combustível - CCC	24.115	55.863
Quota para reserva global de reversão - RGR	14.025	13.720
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (a)	12.965	13.520
Outros	61	68
	98.510	130.645
	675.021	621.421

d) Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética – P&D e PEE

	Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.389	4.490
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	3.389	4.490
Programa de eficiência energética - PEE	4.492	2.294
Ministério de Minas e Energia - MME	1.695	2.246
	12.965	13.520

30 Custos e Despesas Operacionais

A composição dos custos e despesas consolidada em 31.03.2008 é a seguinte:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total
					Consolidado
					31.03.2008
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(443.499)	-	-	-	(443.499)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(105.767)	-	-	-	(105.767)
Pessoal e administradores (c)	(105.970)	(692)	(25.039)	-	(131.701)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22)	(16.103)	(85)	(4.217)	-	(20.405)
Material (d)	(9.934)	(809)	(903)	-	(11.646)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(5.013)	-	-	-	(5.013)
Gás natural e insumos para operação de gás	(31.791)	-	-	-	(31.791)
Serviços de terceiros (e)	(45.440)	(5.546)	(10.825)	-	(61.811)
Depreciação e amortização	(95.907)	(3)	(5.946)	-	(101.856)
Provisões e reversões (f)	-	(9.367)	-	(7.420)	(16.787)
Recuperação de custos e despesas (g)	9.812	1.498	461	415	12.186
Outros custos e despesas (h)	(17.087)	(122)	(7.415)	(26.188)	(50.812)
	(866.699)	(15.126)	(53.884)	(33.193)	(968.902)



A composição dos custos e despesas consolidada em 31.03.2007 é a seguinte:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total Consolidado
					31.03.2007
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(279.879)	-	-	-	(279.879)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(130.676)	-	-	-	(130.676)
Pessoal e administradores (c)	(96.391)	(434)	(33.230)	-	(130.055)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22)	(14.747)	(58)	(7.908)	-	(22.713)
Material (d)	(11.154)	(21)	(6.088)	-	(17.263)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(3.258)	-	-	-	(3.258)
Gás natural e insumos para operação de gás	(27.508)	-	-	-	(27.508)
Serviços de terceiros (e)	(32.107)	(5.179)	(11.972)	-	(49.258)
Depreciação e amortização	(98.891)	(5)	(5.564)	-	(104.460)
Provisões e reversões (f)	-	29.715	-	(15.365)	14.350
Recuperação de custos e despesas (g)	8.077	1.850	131	11	10.069
Outros custos e despesas (h)	(13.797)	(63)	(6.538)	(18.963)	(39.361)
	(700.331)	25.805	(71.169)	(34.317)	(780.012)

A composição das despesas da Companhia em 31.03.2008 é a seguinte:

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total Controladora
			31.03.2008
Administradores (c)	(1.099)	-	(1.099)
Plano assistencial	(19)	-	(19)
Material	(2)	-	(2)
Serviços de terceiros (e)	(742)	-	(742)
Provisões e reversões (f)	-	(873)	(873)
Recuperação de despesas	65	-	65
Outras despesas (h)	(433)	-	(433)
	(2.230)	(873)	(3.103)

A composição das despesas da Companhia em 31.03.2007 é a seguinte:

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total Controladora
			31.03.2007
Administradores (c)	(1.240)	-	(1.240)
Plano assistencial	(22)	-	(22)
Material	(1)	-	(1)
Serviços de terceiros (e)	(587)	-	(587)
Provisões e reversões (f)	-	(7.560)	(7.560)
Recuperação de despesas	38	-	38
Outras despesas (h)	(887)	-	(887)
	(2.699)	(7.560)	(10.259)



a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Itaipu)	122.390	106.535
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	81.842	10.718
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	71.409	67.358
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - leilão	68.339	62.092
Itiquira Energética S.A.	25.933	22.833
Companhia Energética de São Paulo - Cesp - leilão	25.663	23.468
Dona Francisca Energética S.A.	12.234	12.541
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfra	11.757	8.795
Companhia de Interconexão Energética - Cien	(114)	26.794
Excedente de energia a recuperar - leilão	(3.471)	3.876
Energia elétrica comprada para revenda - CVA passiva	(13.693)	(17.646)
(-) Pasep/Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(41.138)	-
(-) Repactuação de contratos - Cien	-	(100.862)
Outras concessionárias - leilão	82.348	52.132
Outras concessionárias	-	1.245
	443.499	279.879

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

	Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007
Furnas Centrais Elétricas S.A.	26.850	27.962
Encargos dos serviços do sistema - ESS	21.240	4.928
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	14.508	12.845
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	13.462	13.497
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	9.688	8.691
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	9.329	8.793
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	4.866	4.689
Novatrans Energia S.A.	4.512	4.113
Operador Nacional do Sistema	4.463	4.136
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	4.444	4.051
Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	3.900	3.688
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	3.682	3.364
ATE II Transmissora de Energia S.A.	1.922	2.215
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	1.914	1.829
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda	1.841	1.719
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	1.745	2.238
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	1.535	1.419
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	1.535	1.419
NTE Nordeste Transmissora de Energia S.A.	1.336	1.213
Outras concessionárias	11.564	9.702
CVA - encargos	(24.294)	8.165
Pasep/Cofins	(14.275)	-
	105.767	130.676



c) Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
Pessoal				
Remunerações	-	-	98.253	94.545
Encargos sociais	-	-	34.732	33.506
	-	-	132.985	128.051
Auxílio alimentação e educação	-	-	11.945	11.133
Indenizações trabalhistas	-	-	(554)	337
	-	-	144.376	139.521
(-) Transferências p/ ordens em curso	-	-	(14.472)	(11.527)
	-	-	129.904	127.994
Administradores				
Honorários	878	284	1.500	1.748
Encargos sociais	221	956	335	347
	1.099	1.240	1.835	2.095
(-) Transferências p/ ordens em curso	-	-	(38)	(34)
	1.099	1.240	1.797	2.061
	1.099	1.240	131.701	130.055

d) Material

	Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007
Combustíveis e peças para veículos	4.652	7.244
Sistema elétrico	3.427	4.385
Cantina	1.141	945
Expediente	973	551
Construção civil	587	401
Segurança	390	397
Informática	75	1.783
Outros materiais	401	1.557
	11.646	17.263



e) Serviços de Terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
Manutenção do sistema elétrico	-	-	10.826	5.647
Postais e telegráficos	-	-	5.593	3.574
Agentes autorizados e credenciados	-	-	4.891	4.666
Consultoria técnica, científica e administrativa	72	24	4.818	4.959
Processamento e transmissão de dados	-	-	3.881	3.786
Telefone	-	-	3.655	1.952
Apoio administrativo	-	-	3.488	3.505
Vigilância	-	-	3.093	2.344
Manutenção civil	-	-	2.885	818
Viagens	26	18	2.092	2.023
Leitura e entrega de faturas	-	-	1.839	1.803
Serviços em área verde	-	-	1.504	1.294
Acesso à comunicação por satélite	-	-	1.336	1.443
Limpeza de faixa de servidão	-	-	1.219	1.094
Atendimento a consumidores	-	-	1.183	1.225
Manutenção e conservação de veículos	-	-	866	902
Auditoria	567	491	798	729
Treinamentos	-	-	651	780
Telefonista	-	-	630	699
Frete e carretos	-	-	613	755
Poda de árvores	-	-	599	475
Despesas jurídicas	20	10	348	319
Outros serviços	57	44	5.003	4.466
	742	587	61.811	49.258

f) Provisões e Reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
PCLD - consumidores e revendedores (NE nº 5)	-	-	7.424	(29.777)
PCLD - serviços de terceiros e outros créditos	-	-	1.943	62
Provisões para contingências	873	7.560	7.420	15.365
	873	7.560	16.787	(14.350)

g) Recuperação de Custos e Despesas

	Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007
Combustíveis p/ prod. energia elétrica - CCC	(4.741)	(3.028)
Custos administrativos	(2.163)	(2.207)
Arrecadação de faturas baixadas contra PCLD	(1.498)	(1.850)
Consumo próprio de energia	(1.454)	(1.393)
Material elétrico	(439)	(682)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(608)	-
Recuperação de custos e despesas diversos	(1.283)	(909)
	(12.186)	(10.069)



h) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	21.313	14.591
Encargo da concessão - outorga Aneel	-	-	10.327	8.090
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	4.447	4.269
Arrendamentos e aluguéis	39	10	2.897	2.993
Seguros	-	-	1.617	2.246
Tributos	35	34	3.851	2.408
Energia elétrica - consumo próprio	-	-	1.482	1.394
Propaganda e publicidade	6	577	915	620
Custos e despesas gerais	353	266	3.963	2.750
	433	887	50.812	39.361

31 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	2.516	11.669	38.442	38.364
Variação monetária sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 7.b)	-	-	25.174	10.202
Renda sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 7.b)	-	-	20.128	19.227
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	15.339	12.751
Remuneração - CVA	-	-	2.196	2.909
Juros sobre impostos a compensar	331	28	1.530	289
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	14.171	7.218	-	-
Outras receitas financeiras	567	107	3.794	2.994
	17.585	19.022	106.603	86.736
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	31.117	45.627	49.489	78.488
Variações monetárias e cambiais	1	1	10.960	12.440
Remuneração - CVA	-	-	3.376	5.405
Juros sobre P&D e PEE	-	-	2.884	3.031
IOF	64	4.924	2.105	5.805
CPMF	-	919	736	12.634
Outras despesas financeiras	-	10	2.963	918
	31.182	51.481	72.513	118.721
	(13.597)	(32.459)	34.090	(31.985)



32 Resultado da Equivalência Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
Equivalência patrimonial				
Copel Geração e Transmissão S.A.	135.188	107.374	-	-
Copel Transmissão S.A.	-	40.017	-	-
Copel Distribuição S.A.	113.825	156.693	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	1.177	1.314	-	-
Copel Participações S.A.	16.344	5.695	-	-
UEG Araucária Ltda.	-	-	(239)	-
Dominó Holdings S.A.	-	-	279	-
Coligadas (a)	-	-	10.958	6.138
	266.534	311.093	10.998	6.138
Dividendos				
Coligadas (a)	-	-	1.252	-
	-	-	1.252	-
Amortização de ágio				
Sercomtel S.A. Telecomunicações	-	-	(1.057)	(1.057)
Sercomtel Celular S.A.	-	-	(145)	(145)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	-	-	(189)	(189)
Copel Empreendimentos Ltda.	-	-	(586)	(586)
Cia. Paranaense de Saneamento - Sanepar	-	-	(183)	-
	-	-	(2.160)	(1.977)
	266.534	311.093	10.090	4.161
Participação em outras sociedades	-	9	-	9
	266.534	311.102	10.090	4.170

a) Coligadas

	Lucro líquido / (prejuízo)	Partic. Copel	Equivalência	Dividendos	Total
	31.03.2008	(%)			31.03.2008
Sercomtel S.A. - Telecomunicações	1.955	45,00	880	-	880
Sercomtel Celular S.A.	(3.347)	45,00	(1.506)	-	(1.506)
Escoelectric Ltda.	264	40,00	552	-	552
Copel Amec S/C Ltda.	4	48,00	2	-	2
Dona Francisca Energética S.A.	4.226	23,03	973	-	973
Carbocampel S.A.	(6)	49,00	(3)	-	(3)
Braspower International Engineering S/C Ltda.	1	49,00	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda.	6.250	35,77	984	1.252	2.236
Cia. Saneamento do Paraná - Sanepar ⁽¹⁾	26.120	34,75	9.076	-	9.076
			10.958	1.252	12.210

⁽¹⁾ Valor correspondente a 45% do lucro líquido



	Lucro líquido / (prejuízo)	Partic. Copel	Equivalência
	31.03.2007	(%)	31.03.2007
Sercomtel S.A. - Telecomunicações	505	45,00	820
Sercomtel Celular S.A.	(1.156)	45,00	(330)
Dominó Holdings S.A.	17.605	15,00	2.641
Escoelectric Ltda.	(30)	40,00	-
Copel Amec S/C Ltda.	19	48,00	9
Dona Francisca Energética S.A.	4.358	23,03	1.004
Carbocampel S.A.	(10)	49,00	(5)
Braspower International Engineering S/C Ltda.	-	49,00	-
Centrais Eólicas do Paraná Ltda. ⁽¹⁾	130	30,00	39
Foz do Chopim Energética Ltda.	5.479	35,77	1.960
			6.138

⁽¹⁾ Lucro até 31.03.2007, anterior à aquisição do controle pela Copel Geração.

A Companhia vem contabilizando o resultado da avaliação dos investimentos pela equivalência patrimonial, limitada ao valor de sua participação no investimento.

33 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da Agência Reguladora, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.

O pleito da Companhia está embasado substancialmente no fato de a mesma ter efetuado transações de venda de energia, as quais não deveriam servir de base de cálculo efetuado pelo Órgão Regulador, para cumprir exclusivamente com contratos com clientes localizados no mercado da região sudeste. O montante estimado relativo às diferenças de cálculo é de aproximadamente R\$ 906.000 (valor atualizado em 31.03.2008), não reconhecido pela Companhia no passivo de energia a pagar.

A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como possíveis as chances de êxito quando da decisão final desses processos judiciais.



a) Renegociação - Contrato Cien

Atendendo prontamente à solicitação do Ministério de Minas e Energia, a Copel comprometeu-se, em mediação com a presidência da Aneel, a dispensar os 400 MW contratados com a Cien e dessa forma participar do leilão A-1, a fim de repor a energia liberada. Deste total contratado, ainda em 2007 foi mantido o contrato de Cien com o montante reduzido para 170,62 MW médios. A oferta de energia neste leilão foi mínima, de modo que do total declarado, somente 40% da necessidade informada foi atendida.

Para substituir totalmente o contrato de Cien e ajustar o nível de contratação de janeiro a junho de 2007, a Copel participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD, declarando déficit, adquirindo o total de 32,62 MW médios ⁽¹⁾.

Ao longo de 2007 a Copel participou dos leilões promovidos pela Aneel, adquirindo 23 MW médios para 2007 e 23,50 MW médios para 2008 nos leilões de ajuste. Nos leilões de energia nova foram adquiridos: 18,32 MW médios no leilão de A-3 e 169 MW médios nos leilões de A-5, sendo 79,84 MW médios de fonte hidráulica e 89,16 MW médios de fontes térmicas. Além disso a empresa participou do leilão 07/07, referente à comercialização de energia da UHE Santo Antônio, adquirindo 109,20 MW médios.

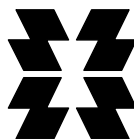
Outro tema importante que deverá ser finalizado em 2008 é o aprimoramento da regulamentação que trata do fornecimento de energia elétrica, com a realização de audiências públicas que visam o aperfeiçoamento da Resolução nº 456/2000 e do Prodist – Procedimentos de Distribuição.

No caso específico da Copel, está em andamento o processo de revisão tarifária, que deverá acompanhar o aperfeiçoamento da nova metodologia em desenvolvimento pela Agência Reguladora e cujos valores serão praticados pela empresa a partir de 23.06.2008.

b) Transações correntes no âmbito da CCEE ⁽¹⁾

Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

	Copel Geração	Copel Distribuição	Copel Participações	31.03.2008	31.12.2007
Ativo circulante (NE nº 4)					
Até dezembro de 2007	7	25	105	137	7.158
De janeiro a março de 2008	-	-	125	125	-
	7	25	230	262	7.158
Passivo circulante (NE nº 20)					
Até dezembro de 2007	-	-	-	-	1.229
De janeiro a março de 2008	3.504	57.589	737	61.830	-
	3.504	57.589	737	61.830	1.229



A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE) no 1º trimestre de 2008 é apresentada a seguir:

	Valores a liquidar 31.12.2007	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar 31.03.2008
Ativo circulante				
Até dezembro de 2007	7.158	(3.530)	(3.491)	137
De janeiro a março de 2008	-	-	125	125
	7.158	(3.530)	(3.366)	262
(-) Passivo circulante				
Até dezembro de 2007	1.229	(4.266)	3.037	-
De janeiro a março de 2008	-	(32.375)	94.205	61.830
	1.229	(36.641)	97.242	61.830
Total líquido	5.929	33.111	(100.608)	(61.568)

(1) Informação não revisada pelos auditores independentes.

34 Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da provisão para o IRPJ e da CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	249.835	268.471	388.976	436.048
IRPJ e CSLL (34%)	(84.944)	(91.280)	(132.252)	(148.256)
Efeitos fiscais sobre:				
Dividendos	-	-	426	-
Equivalência patrimonial	90.621	105.771	4.928	-
Incentivos fiscais	-	-	407	-
Ajuste a valor presente - Compagas	-	-	(197)	-
Outros	-	-	(2.696)	(2.787)
Efeitos fiscais sobre:				
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(122.909)	(162.164)
IRPJ e CSLL diferidos	5.677	14.491	(6.475)	11.121

35 Instrumentos Financeiros

a) Considerações gerais

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Disponibilidades, Consumidores e revendedores, Contas a Receber de entidades governamentais, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Empréstimos e financiamentos e Debêntures.



b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31.03.2008, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

Instrumentos Financeiros	31.03.2008	Consolidado 31.12.2007
Numerário disponível	1.505.720	1.540.871
Contas a receber de entidades governamentais	267.164	303.839
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.265.652	1.250.362
Empréstimos e financiamentos	900.822	927.952
Debêntures	1.013.461	1.174.501

c) Fatores de Risco

1) Risco de crédito

O risco de crédito da concessionária surge da possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

2) Risco de moeda estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos captados no mercado em moeda estrangeira.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para fazer swap contra este risco, mantendo, porém, trabalho de monitoramento das taxas cambiais, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger dos riscos.

3) Risco de taxa de juros

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação



4) Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando a manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidroelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Por outro lado o risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS que, segundo as informações do Plano Mensal de Operação divulgado mensalmente no site www.ons.org.br, não prevê programa de racionamento para os próximos 2 anos.

6) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

36 Transações com Partes Relacionadas

A Copel efetuou transações com partes relacionadas não consolidadas, incluindo a venda de energia elétrica para consumo, cujas tarifas aplicadas são aquelas aprovadas pela Aneel, não sendo os valores faturados considerados relevantes para fins de divulgação.

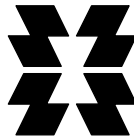


Os principais saldos das transações com partes relacionadas no balanço patrimonial são:

Parte relacionada	Natureza da operação	Consolidado	
		31.03.2008	31.12.2007
Ativo circulante			
Cia. Paranaense de Saneamento - Sanepar	Consumidores e revendedores	16.880	-
Governo do Estado do Paraná	Consumidores e revendedores	76.240	50.163
	Serviços executados para terceiros	11.178	8.899
	CRC (NE nº 7)	41.386	40.509
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Aluguel da planta da UTE Araucária	-	14.223
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Uso do sistema de transmissão da UTE Araucária	7.724	5.327
Ativo não circulante			
Cia. Paranaense de Saneamento - Sanepar	Consumidores e revendedores	15.175	-
Governo do Estado do Paraná	Consumidores e revendedores	36.874	49.717
	Serviços executados para terceiros	7.129	6.805
	CRC (NE nº 7)	1.224.266	1.209.853
Passivo circulante			
BNDES			
	Financ. de máqs. eqüips., obras, instalações e serviços (NE nº 18)	6.329	6.328
Dona Francisca Energética S.A.	Compra de energia elétrica (NE nº 20)	4.567	4.567
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 18)	38.544	43.101
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 20)	74.552	74.090
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Aquisição de gás para revenda (NE nº 20)	25.260	21.031
Passivo não circulante			
BNDES			
	Financiamento de máqs. eqüips., obras, instalações e serviços (NE nº 18)	17.449	19.029
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 18)	264.095	272.831
Eletrobrás	Ações da Elejor a serem recompradas (NE nº 18)	99.740	94.709
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Aquisição gás p/ revenda - repactuação (NE nº 20)	195.340	190.394

Os principais saldos das transações com partes relacionadas na demonstração de resultado são:

Parte relacionada	Natureza da operação	Consolidado	
		31.03.2008	31.03.2007
Receita bruta de vendas e/ou serviços			
Cia. Paranaense de Saneamento - Sanepar	Fornecimento de energia elétrica	30.477	-
Governo do Estado do Paraná	Fornecimento de energia elétrica	22.431	22.326
	Receita de telecomunicações	1.500	1.500
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Aluguel da planta da UTE Araucária	7.153	-
Energia elétrica comprada p/ revenda			
Dona Francisca Energética S.A.	Compra de energia elétrica (NE nº 30.a)	12.234	12.541
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 30.a)	122.390	106.535
Gás natural e insumos p/ oper. gás			
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Gás natural comprado p/ revenda	29.157	27.434
Receitas financeiras			
Governo do Estado do Paraná	Receita s/ CRC (NE nº 31)	45.302	29.429
	Receita s/ faturas renegociadas	2.094	-
Despesas financeiras			
BNDES			
	Desp. s/ financ. máqs. eqüips., obras, instal. e serviços	595	660
BNDESPAR	Debêntures - Elejor	6.733	6.691
Eletrobrás	Desp. s/ financiamentos	7.415	7.395
	Desp. s/ ações da Elejor a serem readquiridas	5.031	4.555



Os saldos decorrentes de transações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais estão demonstrados na NE nº 14.

BNDES - A BNDES Participações S.A. - BNDESPAR detém 26,41% das ações ordinárias da Companhia e tem o direito de indicar dois membros do Conselho da Administração. A BNDESPAR é subsidiária integral do BNDES, com o qual a Companhia mantém contratos de financiamentos conforme descritos na NE nº 18.

Dona Francisca Energética S.A. - A Companhia concedeu avais a sua coligada indireta Dona Francisca Energética S.A. para empréstimos tomados por esta junto ao BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário), em 31.03.2008, nos montantes de R\$ 36.896 e R\$ 22.356, respectivamente.

Eletrobrás – A Eletrobrás detém 1,06% das ações ordinárias da Companhia, a qual possui financiamentos com a Eletrobrás, descritos na NE nº 18.



37 Balanços Patrimoniais das Subsidiárias Integrais

Apresentamos os Balanços Patrimoniais em 31.03.2008, reclassificados para fins de padronização do plano de contas, das subsidiárias integrais Copel Geração e Transmissão - Consolidado (GET), Copel Distribuição (DIS), Copel Telecomunicações (TEL) e Copel Participações - Consolidado (PAR):

ATIVO	GET Consolidado	DIS	TEL	PAR Consolidado
CIRCULANTE				
Disponibilidades	815.098	324.387	7.781	273.110
Consumidores e revendedores, líquidos	200.001	839.375	-	29.439
Serviços executados para terceiros	718	29	10.672	-
Dividendos a receber	-	-	-	5.783
Serviços em curso	9.048	41.308	-	-
Repasso CRC ao Governo do Paraná	-	41.386	-	-
Impostos e contribuições sociais	8.404	131.388	1.163	21.372
Conta de compensação da "parcela A"	-	72.029	-	-
Outros ativos regulatórios	-	17.186	-	-
Cauções e depósitos vinculados	61.320	31.679	-	13.277
Outros créditos	13.859	26.747	1.209	12.267
Estoques	4.118	39.108	2.885	688
	1.112.566	1.564.622	23.710	355.936
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Consumidores e revendedores, líquidos	3.492	113.944	-	21.818
Serviços executados para terceiros	-	-	7.109	-
Repasso CRC ao Governo do Paraná	-	1.224.266	-	-
Impostos e contribuições sociais	85.608	229.056	11.277	15.284
Depósitos judiciais	28.278	65.872	466	1.010
Conta de compensação da "parcela A"	-	16.987	-	-
Outros ativos regulatórios	-	5.729	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	22.142	-	-
Outros créditos	949	5.714	-	1.820
	118.327	1.683.710	18.852	39.932
Investimentos	9.004	2.474	-	397.494
Imobilizado	3.489.141	1.889.662	183.992	1.266.522
Intangível	10.760	27.786	1.585	72.521
Diferido	-	-	-	5.148
	3.627.232	3.603.632	204.429	1.781.617
TOTAL DO ATIVO	4.739.798	5.168.254	228.139	2.137.553



PASSIVO	GET	DIS	TEL	PAR
	Consolidado			Consolidado
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	53.865	16.980	-	6.329
Debêntures	-	-	-	3.230
Fornecedores	50.581	400.433	2.527	40.269
Impostos e contribuições sociais	53.436	176.252	1.536	4.922
Dividendos a pagar	384.688	178.319	-	30.006
Folha de pagamento e prov. trabalhistas	33.270	93.506	7.143	2.235
Benefícios pós-emprego	4.723	12.064	787	72
Conta de compensação da "parcela A"	-	104.368	-	-
Outros passivos regulatórios	24.035	21.765	-	-
Encargos do consumidor a recolher	3.548	30.013	-	-
Pesquisa e desenvolv. eficiência energética	33.422	153.628	-	4.161
Encargo da concessão - outorga Aneel	-	-	-	28.913
Outras contas a pagar	16.009	45.496	324	2.614
	657.577	1.232.824	12.317	122.751
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	265.471	107.948	-	117.189
Debêntures	-	-	-	269.476
Provisões para contingências	158.099	150.609	1.798	3.213
Coligadas e controladas	-	554.850	-	67.000
Fornecedores	217.158	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	26	8.976	-	7.418
Benefícios pós-emprego	147.402	309.811	19.112	1.859
Conta de compensação da "parcela A"	-	15.215	-	-
Outros passivos regulatórios	5.840	7.255	-	-
Consumidores e revendedores	-	3.015	-	-
Outras contas a pagar	6.720	15	-	-
	800.716	1.157.694	20.910	466.155
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	592	-	-	74.402
PART. ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	1.283	-	-	231.099
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	2.947.018	2.171.928	194.054	1.098.500
Reservas de capital	-	-	701	-
Reservas de lucros	197.424	491.983	-	128.302
Lucros acumulados	135.188	113.825	157	16.344
	3.279.630	2.777.736	194.912	1.243.146
TOTAL DO PASSIVO	4.739.798	5.168.254	228.139	2.137.553



38 Demonstração do Resultado Segregado por Empresa

Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais estão sendo apresentados de forma agregada. A demonstração da Holding representa o resultado de suas atividades, desconsiderando a receita de equivalência patrimonial das controladas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	PAR	Holding	Eliminações	Consolidado
	Consolidado			Consolidado			
Receita Operacional							
Fornecimento de energia elétrica	42.997	676.044	-	631	-	(1.003)	718.669
Suprimento de energia elétrica	326.109	11.832	-	39.153	-	(60.478)	316.616
Disponibilidade da rede elétrica	54.079	816.943	-	-	-	(20.785)	850.237
Receita de telecomunicações	-	-	25.284	-	-	(7.690)	17.594
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	60.069	-	(578)	59.491
Arrendamentos e aluguéis	156	12.150	-	7.153	-	(263)	19.196
Outras receitas operacionais	4.902	3.580	-	613	-	(1.319)	7.776
	428.243	1.520.549	25.284	107.619	-	(92.116)	1.989.579
Deduções da receita operacional	(64.007)	(593.418)	(4.132)	(13.464)	-	-	(675.021)
Receita Operacional Líquida	364.236	927.131	21.152	94.155	-	(92.116)	1.314.558
Custos e Despesas Operacionais							
Energia elétrica comprada p/ revenda	(18.545)	(484.300)	-	(1.132)	-	60.478	(443.499)
Encargos de uso da rede elétrica	(39.544)	(83.247)	-	(3.761)	-	20.785	(105.767)
Pessoal e administradores	(31.112)	(90.511)	(6.251)	(2.728)	(1.099)	-	(131.701)
Planos previdenciário e assistencial	(3.860)	(15.364)	(906)	(256)	(19)	-	(20.405)
Material	(1.745)	(9.423)	(305)	(171)	(2)	-	(11.646)
Matéria-prima e insumos - prod. energia	(5.592)	-	-	(769)	-	1.348	(5.013)
Gás natural e insumos - oper. de gás	-	-	-	(31.791)	-	-	(31.791)
Serviços de terceiros	(14.032)	(47.275)	(2.819)	(6.417)	(742)	9.474	(61.811)
Depreciação e amortização	(32.217)	(48.375)	(7.312)	(13.952)	-	-	(101.856)
Provisões e reversões	(648)	(13.537)	(1.734)	5	(873)	-	(16.787)
Encargo da concessão - outorga Aneel	-	-	-	(10.327)	-	-	(10.327)
Recuperação de custos e despesas	5.847	6.093	9	403	65	(231)	12.186
Outros custos e despesas operacionais	(24.958)	(12.390)	(738)	(2.228)	(433)	262	(40.485)
	(166.406)	(798.329)	(20.056)	(73.124)	(3.103)	92.116	(968.902)
Resultado das Atividades	197.830	128.802	1.096	21.031	(3.103)	-	345.656
Resultado Financeiro							
Receitas financeiras	22.953	71.635	556	8.045	17.585	(14.171)	106.603
Despesas financeiras	(16.288)	(26.179)	(24)	(13.011)	(31.182)	14.171	(72.513)
	6.665	45.456	532	(4.966)	(13.597)	-	34.090
Resultado de Particip. Societárias	-	-	-	10.137	-	(47)	10.090
Resultado Operacional	204.495	174.258	1.628	26.202	(16.700)	(47)	389.836
Resultado Não Operacional	385	(1.362)	136	(20)	1	-	(860)
Lucro (Prejuízo) antes da Tributação e Part. Acionistas Não Controladores	204.880	172.896	1.764	26.182	(16.699)	(47)	388.976
Imposto de renda e contribuição social	(68.108)	(47.457)	(1.167)	(6.177)	-	-	(122.909)
Imp. renda e contrib. social diferidos	(1.537)	(11.614)	580	419	5.677	-	(6.475)
Part. acionistas não controladores	(47)	-	-	(4.080)	-	47	(4.080)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	135.188	113.825	1.177	16.344	(11.022)	-	255.512



39 Mudanças de Práticas Contábeis

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente no capítulo relativo à divulgação e preparação das demonstrações contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, os critérios de reconhecimento e de valorização de ativos e passivos. Essas mudanças nas práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º.01.2008.

A citada Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Embora a nova Lei já esteja em vigor, algumas alterações introduzidas por ela precisam ser regulamentadas. Durante o período de transição em que as normas ainda não estiverem editadas, a CVM, pela Instrução nº 469, facultou sua aplicação integral nas informações contábeis trimestrais de 2008 e na mesma instrução determinou a aplicação compulsória de alguns dispositivos (artigos 3º ao 14º).

Com base nisso, a Administração da Companhia efetuou avaliação dos possíveis impactos da nova Lei, especificamente dos artigos 3º ao 14º da Instrução CVM nº 469, e não identificou ajustes relevantes a serem registrados nas informações contábeis relativas ao trimestre findo em 31.03.2008.

Para os demais dispositivos da nova Lei, a Administração da Companhia optou pelo registro contábil dos respectivos impactos, se houver, durante o exercício de 2008, tão logo as novas normas sejam editadas.

A seguir está apresentado o sumário da avaliação preliminar realizada pela Administração sobre a aplicação dos dispositivos da nova Lei:



a) Aplicação compulsória dos artigos 3º. a 14º. da Instrução CVM nº. 469/2008 a partir de 1º.01.2008:

Mudanças Introduzidas pela Lei 11.638/2007	Impactos na Companhia
<p>Deverão ser classificadas como custos e/ou despesas operacionais na Demonstração de Resultado do Exercício as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.</p>	<p>A Companhia já adota esta prática em suas Demonstrações Contábeis Consolidadas no que tange a participação de empregados e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados.</p>
<p>As companhias abertas deverão divulgar informações sobre remuneração baseada em ações nas ITR e nas demonstrações financeiras de acordo com as orientações contidas no item 25.10 do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 14.02.2007, enquanto a CVM não emitir norma específica regulando essa matéria.</p>	<p>A Companhia não adota a prática de remuneração baseada em ações.</p>
<p>Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.</p>	<p>A Companhia efetuou a análise em suas contas, considerando a introdução deste conceito e não identificou valores materiais a serem contabilizados.</p>
<p>Revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de Patrimônio Líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.</p>	<p>Não se aplica à Companhia neste trimestre.</p>



<p>Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.</p>	<p>A controlada em conjunto Dominó Holdings e as coligadas Sercomtel Telecomunicações e Sercomtel Celular possuem saldos referentes à reserva de reavaliação que são excluídos para fins de equivalência e consolidação para adequação das práticas contábeis da controlada e das coligadas às da empresa controladora.</p>
<p>Fica dispensada a apresentação da nota explicativa de reconciliação referida no inciso III do § 2º do art. 5º da Instrução CVM nº 331, de 04.04.2000, para as companhias patrocinadoras de programa de certificados de depósito de valores mobiliários – BDR cujas demonstrações financeiras, no país de origem ou divulgadas em mercado externo para fins de registro sejam elaboradas adotando-se as normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.</p>	<p>Não se aplica à Companhia.</p>
<p>Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.</p>	<p>Não se aplica à Companhia neste trimestre.</p>
<p>Eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida.</p>	<p>Não se aplica à Companhia neste trimestre.</p>



<p>Alterações no art. 5º da Instrução CVM nº 331 de 04.04.2000, a qual dispõe sobre o registro de companhia para emissão e negociação de certificado de depósito de valores mobiliários – Programas de BDRs Níveis II e III com lastro em valores mobiliários de emissão de companhias abertas ou assemelhadas, com sede no exterior.</p>	<p>Não se aplica à Companhia.</p>
---	-----------------------------------

b) Aplicação dos demais dispositivos da nova Lei, que por opção da Companhia, serão registradas nas demonstrações contábeis, se houver impacto relevante, durante o exercício de 2008:

Mudanças Introduzidas pela Lei 11.638/2007	Impactos na Companhia
<p>Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.</p>	<p>A Companhia já apresenta esta demonstração em atendimento às exigências da Aneel.</p>
<p>Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado, aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores.</p>	<p>A Companhia já apresenta esta demonstração em atendimento às exigências da Aneel.</p>
<p>Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.</p>	<p>A Companhia aguarda normatização e a manifestação das autoridades fiscais.</p>
<p>Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.</p>	<p>A Companhia reclassificará o montante de R\$ 4.783 referente ao saldo de ágio registrado na aquisição de investimentos em coligadas para o grupo Intangível, atualmente contabilizado no grupo de Investimentos.</p>



<p>Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: “leasing” financeiro).</p>	<p>Não se aplica à Companhia.</p>
<p>Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente deverão ser registrados as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.</p>	<p>A Companhia está aguardando a normatização a ser editada para avaliar os eventuais impactos no resultado do exercício e em exercícios anteriores. O montante máximo de ajuste, se houver, é R\$ 2.625.</p>
<p>Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que:</p> <p>(i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e</p> <p>(ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado.</p>	<p>A Companhia já adota esta prática. A maioria dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas são vinculados à concessão e de acordo com os contratos de concessão, assinados na condição de concessionária de serviço público, caso exista valor residual desses bens, na entrega da concessão, estes tem garantia de indenização. Esse fato reduz significativamente o risco de impacto sobre as demonstrações contábeis relativo à recuperação dos ativos.</p>



<p>Criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31.12.2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.</p>	<p>A Companhia aguardará a normatização a ser editada e simultaneamente contratará empresa especializada em avaliações financeiras para auxiliar no levantamento de eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 2008. Considerando que a Copel está sujeita às implicações da Lei das Licitações, por ser tratar de economia mista, este processo será operacionalizado durante os próximos trimestres.</p>
<p>Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e(ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.	<p>A Companhia aguardará a normatização a ser editada e simultaneamente contratará empresa especializada em avaliações financeiras para auxiliar no levantamento de eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 2008. Considerando que a Copel está sujeita às implicações da Lei das Licitações, por ser tratar de economia mista, este processo será operacionalizado durante os próximos trimestres.</p>

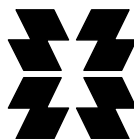


40 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para os trimestres findos em 31.03.2008 e de 2007:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	255.512	282.962	255.512	282.962
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:				
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	-	7.424	(29.777)
Depreciação e amortização	-	-	101.856	104.460
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas	18.075	56.138	9.131	80.848
Resultado de participações societárias	(266.534)	(311.102)	(10.090)	(4.170)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.677)	(14.491)	6.475	(11.121)
Variações na conta de compensação da "parcela A" - líquidas	-	-	(43.287)	41.338
Variações em outros ativos e passivos regulatórios - líquidas	-	-	(6.516)	1.704
Provisões no passivo não circulante	874	7.560	7.420	15.454
Baixas de imobilizado - líquidas	-	-	2.325	3.506
Baixas de intangível - líquidas	-	-	66	13
Participação de acionistas não controladores	-	-	4.080	2.043
Redução (aumento) dos ativos				
Consumidores e revendedores	-	-	5.470	15.079
Serviços executados para terceiros, líquidos	-	-	371	(1.263)
Dividendos recebidos	120.000	196.611	5.931	2.106
Serviços em curso	-	-	987	(5.525)
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	30.012	8.569
Impostos e contribuições sociais	9.590	(1.656)	19.135	13.776
Cauções e depósitos vinculados	2.366	(36.187)	47.459	(37.256)
Estoques	-	-	5.396	318
Depósitos judiciais	-	-	(3.008)	(6.961)
Outros créditos	(146)	(6)	8.044	(10.934)
Aumento (redução) dos passivos				
Empréstimos e financiamentos - juros incorridos e pagos	(18.715)	(650)	(37.322)	(26.576)
Debêntures - juros incorridos e pagos	(49.403)	(224.694)	(56.034)	(238.277)
Fornecedores	(265)	(8)	87.866	(92.015)
Impostos e contribuições sociais	(12.182)	(16.449)	(97.164)	(37.123)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	(37)	30	(9.840)	(3.635)
Benefícios pós-emprego	(14)	(5)	(858)	(5.953)
Encargos do consumidor a recolher	-	-	839	(17.396)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	3.047	(12.154)
Outras contas a pagar	7	(1)	(6.956)	(4.416)
Participação de acionistas não controladores	-	-	(4.508)	2.641
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	53.451	(61.948)	333.263	30.265

(continua)



(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	(20.645)	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	176.027	-	-	-
Aquisição do controle em conjunto da Dominó - líquida do caixa adquirido	-	-	(108.962)	-
Adições em participações societárias e outros investimentos	(67.000)	(6.160)	(3.727)	(2)
Adições no imobilizado	-	-	(122.089)	(82.215)
Adições no intangível	-	-	(1.176)	(1.581)
Adições no diferido	-	-	(81)	(283)
Participação financeira do consumidor	-	-	13.156	5.670
Venda de bens do ativo imobilizado	-	-	4.497	25
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	109.027	(26.805)	(218.382)	(78.386)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	260.000	-	260.000
Empréstimos e financiamentos - amortização de principal	-	-	(16.712)	(19.226)
Debêntures - amortização de principal	(133.320)	(633.320)	(133.320)	(633.320)
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de financiamento	(133.320)	(373.320)	(150.032)	(392.546)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes a caixa	29.158	(462.073)	(35.151)	(440.667)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	56.186	584.702	1.540.871	1.504.004
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	85.344	122.629	1.505.720	1.063.337
Varição no caixa e equivalentes a caixa	29.158	(462.073)	(35.151)	(440.667)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO TRIMESTRE

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Distribuição

Ligação de consumidores – Em março de 2008, a Copel forneceu energia elétrica a 3.460.386⁽¹⁾ consumidores (3.367.465⁽¹⁾ em março de 2007), representando um incremento de 92.921⁽¹⁾ consumidores nos últimos 12 meses, variação de 2,8%.

Redes Compactas – A Copel vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de março de 2008, a extensão das redes compactas instaladas era de 1.367 km⁽¹⁾ (1.295 km⁽¹⁾ em março de 2007), representando um acréscimo de 72 km⁽¹⁾ em 12 meses, variação de 5,6%.

Rede Secundária Isolada – A Copel também está investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresenta vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como:

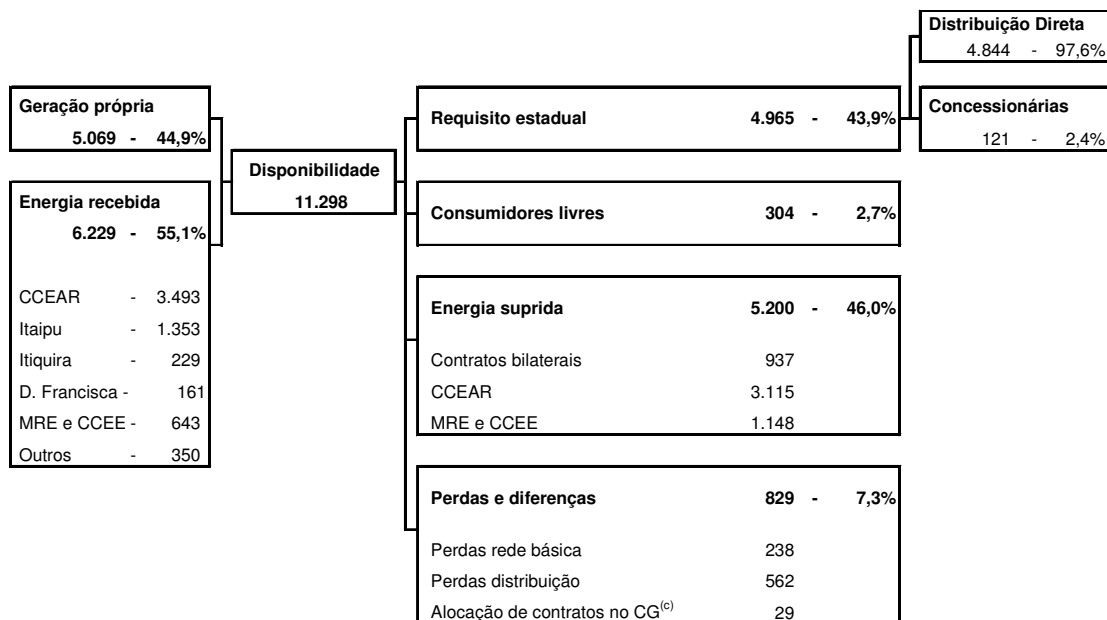
- melhora os indicadores DEC e FEC;
- dificulta o roubo de energia;
- melhora as condições do meio ambiente e reduz a área de podas;
- aumenta a segurança;
- reduz a queda de tensão ao longo da rede; e
- aumenta a vida útil do transformador pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outros.

Ao final de março de 2008, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 2.851 km⁽¹⁾ (1.835 km⁽¹⁾ em março de 2007), representando um incremento de 1.016 km⁽¹⁾ nos últimos 12 meses, variação de 55,4%.

Comportamento do mercado – A geração de energia da Copel de janeiro a março de 2008 foi de 5.069 GWh⁽¹⁾ (3.436 GWh⁽¹⁾ no primeiro trimestre de 2007). O montante de energia comprada da CCEAR (leilão) foi de 3.493 GWh⁽¹⁾ (3.198 GWh⁽¹⁾ no mesmo período de 2007) e de Itaipu foi de 1.353 GWh⁽¹⁾ (1.141 GWh⁽¹⁾ nos primeiros três meses de 2007), conforme demonstrado no fluxo a seguir:

Fluxo de energia (GWh)^{(1)(a)(b)}

Janeiro a março de 2008



(a) Estão incluídos os montantes de energia negociados entre as controladas da Copel

(b) Valores sujeitos a alterações após fechamento pela CCEE.

(c) CG = Centro de gravidade do Submercado (diferença entre a energia contratada e a recebida no CG - estabelecido em Contrato.)

Consumo de energia faturado por classe (MWh) – Na tabela a seguir é apresentado o desempenho do consumo por classe de consumidores faturado pela Copel de janeiro a março de 2008, incluindo consumidores livres e concessionárias dentro do Estado do Paraná:

Classe ⁽¹⁾	Em MWh		
	jan - mar 2008	jan - mar 2007	Variação
Residencial	1.345.598	1.279.801	5,1%
Industrial	1.603.106	1.471.507	8,9%
Comercial	1.001.344	948.682	5,6%
Rural	428.993	402.208	6,7%
Outras	464.946	452.541	2,7%
Total Cativo	4.843.987	4.554.739	6,4%
Consumidores Livres - Copel Geração e Transmissão	304.339	350.105	-13,1%
Total Fornecimento	5.148.326	4.904.844	5,0%
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	120.898	115.594	4,6%
Total Geral	5.269.224	5.020.438	5,0%

No primeiro trimestre de 2008, o consumo de energia elétrica faturado pela Copel para o mercado cativo apresentou crescimento de 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 4.844 GWh. O mercado total, incluindo fornecimento a consumidores livres e suprimento a distribuidoras dentro do Estado do Paraná, totalizou 5.269 GWh.



Esse desempenho decorreu, principalmente, da combinação de alguns fatores, tais como:

- crescimento da renda média e maior disponibilidade de crédito e seus efeitos sobre as classes residencial, comercial e industrial;
- bom desempenho da safra agrícola associada aos altos preços das “commodities”, proporcionando aumento na renda do agricultor;
- melhora do mercado industrial em função da recuperação da safra e do aumento nas exportações de alguns setores; e
- criação, no primeiro trimestre de 2008, de 52 mil novos empregos formais no Paraná. Nos últimos 12 meses verificou-se crescimento de 7% no nível de emprego (132 mil novos postos de trabalho).

A classe residencial, que respondeu por 27,8% do mercado cativo, cresceu 5,1%. O consumo médio por consumidor residencial foi de 164,1 kWh/mês, com aumento de 2,2% em relação ao verificado no mesmo período do ano anterior. Em março de 2008, foram atendidos 2.733.727 clientes residenciais (crescimento de 2,9% em relação a março de 2007).

O consumo da classe industrial representou 33,1% do mercado cativo da Copel, com crescimento de 8,9% em relação ao primeiro trimestre de 2007. Os setores que apresentaram os melhores resultados foram: veículos automotores, máquinas e equipamentos, refino de petróleo e produção de álcool. Foram faturados, em março de 2008, 59.039 consumidores industriais, representando crescimento de 2,5% em relação a março de 2007.

A classe comercial, que representou 20,7% do mercado cativo da Copel, apresentou crescimento de 5,6%. O setor comercial tem se beneficiado do aumento da renda disponível e vem ampliando o número de unidades, que incluem supermercados e shopping centers. Em março de 2008, foram faturados 288.031 consumidores (2,9% superior a março de 2007).

A classe rural apresentou crescimento no consumo de energia de 6,7%, sendo responsável por 8,9% do mercado cativo faturado pela Copel. O consumo médio rural apresentou acréscimo de 5,3% em relação ao primeiro trimestre de 2007, atingindo 427,7 kWh/mês. Este crescimento é reflexo da recuperação das atividades no campo. Foram faturados, em março de 2008, 334.324 consumidores rurais, representando crescimento de 1,3% em relação ao mesmo mês de 2007.

O consumo de energia faturado para os consumidores livres atendidos pela Copel Geração e Transmissão decresceu 13,1%. A queda verificada decorreu do encerramento do contrato com alguns clientes.

Número de consumidores – O número de consumidores faturados em março de 2008 foi de 3.460.386, o que representou um crescimento de 2,8% sobre o mesmo mês de 2007.



Classe	Consumidores ⁽¹⁾		
	mar 2008	mar 2007	Varição
Residencial	2.733.727	2.655.889	2,9%
Industrial	59.039	57.583	2,5%
Comercial	288.031	279.942	2,9%
Rural	334.324	330.086	1,3%
Outras	45.250	43.947	3,0%
Total Cativo	3.460.371	3.367.447	2,8%
Consumidores Livres - Copel Geração e Transmissão	15	18	-16,7%
Total Geral	3.460.386	3.367.465	2,8%

2 Administração

Quadro de empregados – O quadro de pessoal da Copel encerrou o primeiro trimestre de 2008 com 8.295⁽¹⁾ empregados, distribuídos entre as subsidiárias integrais da Companhia, e 91⁽¹⁾ empregados distribuídos entre as empresas controladas pela Copel Participações, da seguinte forma:

	Empregados ⁽¹⁾	
	mar 2008	mar 2007
Subsidiárias integrais		
Copel Geração e Transmissão	1.499	984
Copel Transmissão ^(a)	-	1.022
Copel Distribuição	6.434	5.886
Copel Telecomunicações	333	319
Copel Participações	29	29
	8.295	8.240
Controladas pela Copel Participações		
Compagas	82	78
Elejor	6	6
UEG Araucária	3	4
	91	88

^(a) A partir de 1º.12.2007, todos os empregados da Copel Transmissão foram transferidos para a Copel Geração e Transmissão e para a Copel Distribuição.

3 Relações com o Mercado

De janeiro a março de 2008, as ações ordinárias nominativas (ON - código CPLE3) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB - código CPLE6) da Copel estiveram presentes em 97% e 100% respectivamente, dos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

As ações em circulação totalizaram 45,0% do capital da Companhia. O valor de mercado da Copel, considerando as cotações da Bovespa ao final de março de 2008, ficou em torno de R\$ 8.160.000.



Dos 64 papéis que compõem a carteira teórica do Ibovespa, as ações PNB da Copel estavam em 32º lugar, participando com 1,05% e com índice Beta de 0,96. Na carteira do IEE (Índice Setorial de Energia Elétrica), a Copel participa com 7,23%. Das 32 empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), a Copel está em 11º lugar, com participação de 1,01%.

Na Bovespa, as ações ON fecharam o período cotadas a R\$ 30,83, com variação de 4,51%, e as ações PNB a R\$ 28,69, com variação de 7,05%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as ações PNB são negociadas no “Nível 3”, com o código ELP, na forma de ADSs. As ADSs estiveram presentes em 100% dos pregões e fecharam o período cotadas a US\$ 16,33, com variação de 8,22%.

No Latibex (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB da Companhia também são negociadas, sob o código XCOP. As XCOPs estiveram presentes em 97% dos pregões e fecharam o período cotadas a 10,35 euros, com variação de 1,24%.

Desempenho das ações ⁽¹⁾ - jan - mar 2008	ON		PNB	
	Total	Média diária	Total	Média diária
Bovespa				
Negócios	318	5	45.806	763
Quantidade	3.638.800	62.738	44.115.000	735.250
Volume (R\$ mil)	99.962	1.723	1.189.417	19.824
Presença nos pregões	58	97%	60	100%
Nyse				
Quantidade	660.800	33.040	27.174.580	445.485
Volume (US\$ mil)	10.385	519	419.784	6.882
Presença nos pregões	20	33%	61	100%
Latibex				
Quantidade	-	-	99.826	1.721
Volume (€ mil)	-	-	1.031	18
Presença nos pregões	-	-	58	97%

4 Tarifas

Em março de 2008, a tarifa média de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 203,04/MWh⁽¹⁾, representando uma retração de 1,1% em relação a março do ano anterior.

A classe industrial teve uma variação de 2,0%, refletindo o processo de realinhamento tarifário e de retirada gradual dos subsídios cruzados entre os grupos de consumo de alta e baixa tensão (Decreto nº 4.667/2003).

As tarifas médias de fornecimento estão demonstradas na tabela a seguir:



Tarifas Médias de Fornecimento ^{(1) (a)}	R\$/MWh ⁽¹⁾		
	mar 2008	mar 2007	Varição
Residencial	252,08	257,17	-2,0%
Industrial ^(b)	176,41	172,98	2,0%
Comercial	220,75	225,23	-2,0%
Rural	148,74	152,65	-2,6%
Outras	170,53	173,65	-1,8%
Total Fornecimento	203,04	205,26	-1,1%

(a) Sem ICMS

(b) Não inclui consumidores livres

As principais tarifas de compra de energia da Copel estão demonstradas no quadro a seguir:

Tarifas de Compra de Energia	R\$/MWh ⁽¹⁾		
	mar 2008	mar 2007	Varição
Itaipu ^(a)	86,92	92,90	-6,4%
Cien	-	70,85	-
Leilão - CCEAR 2005-2012	63,82	61,85	3,2%
Leilão - CCEAR 2006-2013	74,75	72,43	3,2%
Leilão - CCEAR 2007-2014	84,37	81,64	3,3%
Leilão - CCEAR 2007-2014 (A-1)	104,74	104,74	0,0%
Leilão - CCEAR 2008-2015	89,84	-	-
Leilão - CCEAR 2008-H30	112,42	-	-
Leilão - CCEAR 2008-T15 ^(b)	138,86	-	-

(a) Inclui tarifa de transporte de Furnas

(b) Preço médio do leilão corrigido pelo IPCA

Pela Resolução Aneel nº 608, de 29.01.2008, foram homologadas as tarifas de venda da Copel para a Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO, refletindo um aumento percentual médio de 3,2% em relação ao período anterior.

As principais tarifas de suprimento de energia da Copel estão demonstradas no quadro a seguir:

Tarifas de Suprimento de Energia ⁽¹⁾	R\$/MWh		
	mar 2008	mar 2007	Varição
Leilão - CCEAR 2005-2012	63,96	61,79	3,5%
Leilão - CCEAR 2006-2013	75,14	72,67	3,4%
Leilão - CCEAR 2007-2014	84,06	81,13	3,6%
Leilão - CCEAR 2008-2015	89,15	-	-
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	121,37	106,67	13,8%

5 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 28)

No primeiro trimestre de 2008, a Receita operacional líquida atingiu R\$ 1.314.558, montante 5,5% superior aos R\$ 1.246.405 registrados no primeiro trimestre de 2007.

Esse aumento decorreu, principalmente, dos seguintes fatos:



(i) aumento de 14,7% na receita de Fornecimento de energia elétrica, que reflete somente a receita com venda de energia, não considerando a Tusd, devido ao crescimento do mercado total (5,0% no primeiro trimestre de 2008);

(ii) elevação de 5,6% na receita de Suprimento de energia elétrica devido ao faturamento, a partir de janeiro de 2008, dos novos contratos de venda de energia firmados no 2º leilão de energia existente;

(iii) acréscimo de 16,5% na Receita de telecomunicações em virtude do atendimento a novos clientes e do maior volume de serviços prestados aos clientes existentes;

(iv) variação de 3,3% na Receita de venda de gás decorrente do aumento das operações de distribuição de gás a terceiros e do reajuste tarifário repassado no período; e

(v) elevação de 66,6% em Outras receitas operacionais devido, principalmente, à receita de locação da UEG Araucária para a Petrobras.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 30)

Ao final de março de 2008, o total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 968.902, valor 24,2% superior aos R\$ 780.012 registrados no mesmo período de 2007. Os principais destaques ocorridos foram:

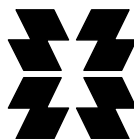
Acréscimo de 58,5% na conta Energia elétrica comprada para revenda em função, principalmente, dos seguintes fatores: (i) estorno, no primeiro trimestre de 2007 de R\$ 100.862, referente faturas canceladas da Cien; e (ii) aumento de energia adquirida da CCEE em R\$ 71.124, dos leilões em R\$ 42.709 e de Itaipu em R\$ 15.855. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo término do contrato com a Cien, e pelo efeito de Pasep/Cofins sobre a energia elétrica comprada para revenda de (R\$ 41.138).

A queda de 19,1% verificada na conta Encargos do uso do sistema de transmissão, resultante, principalmente, dos efeitos da CVA e do Pasep/Cofins, que deduziram em R\$ 24.294 e R\$ 14.275, respectivamente, o saldo da conta.

A rubrica Pessoal que totalizou R\$ 131.701 no primeiro trimestre de 2008, montante 1,3% superior ao apresentado no ano anterior. Esse aumento deve-se, basicamente, ao reajuste salarial de 5,5% aplicado a partir de outubro de 2007.

O saldo apresentado na conta Material que registrou decréscimo de 32,5% em relação ao primeiro trimestre de 2007, refletindo, principalmente, a menor aquisição de materiais para o sistema elétrico, combustível e peças para veículos e material de informática.

A variação de 25,5% em Serviços de terceiros que se deve, em grande parte, aos maiores gastos com manutenção do sistema elétrico, correios e serviços telefônicos.



A variação apresentada na rubrica Provisões e reversões deve-se, basicamente, pela Provisão para crédito de liquidação duvidosa, que, no primeiro trimestre de 2008, foi de R\$ 7.424, enquanto que no mesmo período de 2007 foi contabilizada reversão no valor de (R\$ 29.777) decorrente da renegociação de faturas com o Governo do Estado.

O acréscimo de 29,1% apresentado em Outras despesas operacionais decorre, principalmente, do aumento na Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e dos Encargos de concessão – outorga Aneel.

Lajida - ajustado

O Lajida ajustado atingiu o montante de R\$ 447.512 em março de 2008, 21,6% inferior ao apresentado no mesmo período do ano anterior, R\$ 570.853, conforme demonstrado a seguir:

Cálculo do Lajida/Ebitda		
	mar 2008	mar 2007
Lucro do período	255.512	282.962
IRPJ e CSLL diferidos	6.475	(11.121)
Provisão para IRPJ e CSLL	122.909	162.164
Resultado da equivalência patrimonial	(10.090)	(4.170)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(34.090)	31.985
Despesas (receitas) não operacionais, líquidas	860	2.530
Participações de acionistas não controladores	4.080	2.043
Lajir/Ebit	345.656	466.393
Depreciação e Amortização	101.856	104.460
Lajida/Ebitda - ajustado	447.512	570.853

Lucro Líquido

A Copel registrou no primeiro trimestre de 2008, lucro líquido de R\$ 255.512, equivalentes a R\$ 0,93/ação.

⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes.



OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de março de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2008	2007
Receitas		
Venda de energia, serviços e outras receitas	1.989.579	1.867.826
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(9.367)	29.714
Resultado não operacional	(860)	(2.530)
Total	1.979.352	1.895.010
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	443.499	279.879
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS	84.527	125.748
Material, insumos e serviços de terceiros	78.470	69.779
Gás Natural e Insumos p/ oper. Gás	31.791	27.508
Encargos de capacidade emergencial e Proinfra	61	68
Outros insumos	13.538	20.395
Total	651.886	523.377
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	1.327.466	1.371.633
(-) Depreciação e amortização	101.856	104.460
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.225.610	1.267.173
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	106.603	86.736
Resultado de participações societárias	10.090	4.170
Total	116.693	90.906
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.342.303	1.358.079

(continua)



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de março de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

			Consolidado	
	2008	%	2007	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :				
Pessoal				
Remunerações e honorários	99.753		96.293	
Planos previdenciário e assistencial	20.405		22.713	
Auxílio alimentação e educação	11.945		11.133	
Encargos sociais - FGTS	8.538		7.961	
Indenizações trabalhistas	(554)		337	
Transferências para imobilizado em curso	(14.510)		(11.561)	
Total	125.577	9,4	126.876	9,3
Governo				
ICMS	386.960		362.812	
Imposto de renda e contribuição social	129.384		151.043	
Cofins	155.385		104.804	
Encargos sociais - INSS	26.529		25.892	
Pasep	33.745		22.762	
CPMF e IOF	2.841		18.439	
ISSQN	421		399	
Encargos consumidor (-) Enc. Capac. Emerg/Proinfa	98.449		130.576	
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	21.240		4.928	
Outros tributos	29.611		21.268	
Total	884.565	65,9	842.923	62,1
Financiadores				
Juros e multas	69.672		100.282	
Arrendamentos e aluguéis	2.897		2.993	
Total	72.569	5,4	103.275	7,6
Acionistas				
Lucros retidos na empresa	255.512		282.962	
Partic. de acionistas não controladores	4.080		2.043	
Total	259.592	19,3	285.005	21,0
	1.342.303		1.358.079	
Valor adicionado (médio) por empregado	161		166	
Taxa de contribuição do patrimônio líquido - %	17,9		20,4	
Taxa de geração de riqueza - %	10,7		11,8	
Taxa de retenção de riqueza - %	19,3		21,0	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Em atendimento ao disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa, estão sendo apresentadas a posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia e a posição acionária consolidada dos Controladores e Administradores e ações em circulação (informações não revisadas pelos auditores independentes):

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.								
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL								Posição em 30/04/2008
(Em Unidades)								
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe "A"		Ações Preferenciais Classe "B"		Total	
	Quantidade	%		%		%	Quantidade	%
ESTADO DO PARANÁ	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,28	65.580.781	23,96
HEDGING-GRIFFO CV S.A.-"FUNDOS"	2.354.094	1,62	-	-	6.594.436	5,14	8.948.530	3,27
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	19.349.613	13,34	398.342	100,00	94.335.872	73,57	114.083.827	41,69
Total	145.031.080	100,00	398.342	100,00	128.225.953	100,00	273.655.375	100,00

Obs.: O BNDES Participações S.A. - BNDESPAR é uma companhia aberta, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, o qual é 100,0% da UNIÃO FEDERAL.
A HEDGING-GRIFFO CV S.A.-"FUNDOS" é uma administradora de Fundos de Investimentos. Nenhum dos fundos administrados possuem isoladamente participação maior que 5% das ações da companhia.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO - Posição em 30/04/2008								
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe "A" (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais Classe "B" (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	123.327.373	85,04	-	-	27.295.645	21,29	150.623.018	55,04
Administradores								
Conselho de Administração	9	0,00	-	-	-	-	9	0,00
Diretoria	102	0,00	-	-	-	-	102	0,00
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	21.703.596	14,96	398.342	100,00	100.930.308	78,71	123.032.246	44,96
Total	145.031.080	100,00	398.342	100,00	128.225.953	100,00	273.655.375	100,00
Ações em Circulação	21.703.596	14,96	398.342	100,00	100.930.308	78,71	123.032.246	44,96



DIRETORIA E CONSELHOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JÚNIOR
Secretário Executivo	RUBENS GHILARDI
Conselheiros	JORGE MICHEL LEPELTIER
	LAURITA COSTA ROSA
	LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS
	MUNIR KARAM
	NELSON FONTES SIFFERT FILHO
	NILDO ROSSATO
	ROGÉRIO DE PAULA QUADROS

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidenta	LAURITA COSTA ROSA
Membros	JORGE MICHEL LEPELTIER
	ROGÉRIO DE PAULA QUADROS

CONSELHO FISCAL

Presidente	OSMAR ALFREDO KOHLER
Conselheiros	BEATRIZ OLIVEIRA FORTUNATO
	HERON ARZUA
	MÁRCIO LUCIANO MANCINI
	NELSON PESSUTI

DIRETORIA

Diretor Presidente	RUBENS GHILARDI
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações	PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI
Diretor de Engenharia	LUIZ ANTONIO ROSSAFA
Diretor de Administração	ANTONIO RYCHETA ARTEN
Diretor de Distribuição	RONALD THADEU RAVEDUTTI
Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações	RAUL MUNHOZ NETO
Diretor Jurídico	ZUUDI SAKAKIHARA

CONTADOR

Contador - CRC-PR-024769/O-3	ENIO CESAR PIECZARKA
------------------------------	----------------------

Informações sobre Relações com Investidores: ri@copel.com - Fones: +55 (41) 3222-2027/ +55 (41) 3331-4359

Fax: +55 (41) 3331-2849

RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Administradores e Acionistas da

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL

Curitiba - PR

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR (controladora e consolidado) da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações do resultado, de fluxos de caixa e do valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08

4. Conforme mencionado na nota explicativa n° 39, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n°. 11.638, com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não aplicação de todas as disposições da Lei n° 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do trimestre findo em 31 de março de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n° 11.638/07.

5. Conforme mencionado na nota explicativa n° 2 às Informações Trimestrais - ITR, após a emissão deste relatório, a Companhia decidiu reapresentar de forma espontânea as Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008 com o objetivo de incluir informações adicionais motivadas pelo fato de que as ações da Companhia passaram a ser negociadas no Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. Conseqüentemente, as principais modificações contempladas nestas Informações Trimestrais - ITR são as seguintes: (i) as demonstrações do fluxo de caixa foram realocadas do quadro “Outras informações que a Companhia Entenda Relevantes” para a nota explicativa n° 40, e (ii) inclusão no quadro “Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes” da posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia e da posição acionária consolidada dos controladores e administradores e das ações em circulação.

Curitiba, 13 de maio de 2008 (29 de maio de 2008, em relação às notas explicativas n° 2, n° 40 e quadro Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes).

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR

Iara Pasian

Contadora

CRC n.º 1 SP 121.517/O-3 S/PR